



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DE CAMPOS  
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA

LARISSA PAULINO FARIA

**A Agricultura familiar e a produção de laranja no  
município de Araruama, RJ.**

Campos dos Goytacazes

2022

LARISSA PAULINO FARIA

**A Agricultura familiar e a produção de laranja no município de Araruama, RJ.**

Monografia apresentada ao curso de bacharelado em Geografia, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa Dra Erika Vanessa Moreira Santos

Campos dos Goytacazes

2022

LARISSA PAULINO FARIA

**A Agricultura familiar e a produção de laranja no município de Araruama, RJ.**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Geografia, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharelado em Geografia.

Aprovada em 21 de fevereiro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa Dra Erika Vanessa Moreira Santos - UFF

---

Profa Dra Maria do Socorro Bezerra de Lima - UFF

---

Prof Me Gustavo da Cunha Guterman - IFF

Dedico este trabalho à minha família



“ O mundo é formado não só pelo o que já existe, mas pelo o  
que pode efetivamente existir.”

*Milton Santos*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a toda minha família por todo apoio que me forneceu ao longo desses anos. Agradeço muito aos meus avós, aos meus pais e meus irmãos, pois são a base de tudo que sou e/ou pretendo ser. Muito obrigada por todo apoio fornecido desde os meus primeiros anos de vida. Sempre me forneceram todo o incentivo e sempre acreditaram em mim. Agradeço também ao meu padrasto, minha madrasta e aos meus tios e primos que muito contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui. Muito Obrigada!

Agradeço muito a minha orientadora, Professora Erika Moreira, por todo conhecimento compartilhado ao longo desses anos de pesquisa, por todas as sugestões e ensinamentos. Agradeço também por todo apoio e incentivo que me forneceu, sem dúvidas foram essenciais para que eu conseguisse chegar à reta final da graduação, sempre me lembrarei. Muito obrigada!

Agradeço a minha amiga Priscila e a seus familiares por me apoiarem e me acolherem com tanto carinho nos momentos que precisei. E sempre me disserem que daria tudo certo. Muito Obrigada!

Agradeço aos meus colegas do estágio, Suzana e Felipe, por me tranquilizarem, me incentivarem e por terem me fornecido conhecimentos que me ajudaram a refletir sobre o tema. Agradeço por terem me ajudado a ir ao galpão do produtor. Muito Obrigada!

Muito obrigada a Anna Beatriz e a Sara por todo conhecimento e apoio fornecido ao longo dos 2 anos que dividimos o apartamento. E por sempre dizerem que daria tudo certo. Muito Obrigada!

Agradeço a todos meus professores do ensino fundamental e médio pelos conhecimentos compartilhados que permitiram que eu chegasse à graduação. Muito Obrigada!

Agradeço a todos meus professores da graduação pelos conhecimentos compartilhados. Muito Obrigada!

Agradeço a todos os meus colegas da graduação pelas vivências e troca de conhecimentos. Muito Obrigada!

Agradeço a todos os alunos e professores do NERU por todo conhecimento compartilhado. Muito Obrigada!

Agradeço a Deus por ter permitido que tudo isso fosse possível. Gratidão!

## **RESUMO**

Neste trabalho discorreremos sobre a produção de laranjas e agricultura familiar no município de Araruama, RJ. O propósito desse trabalho é realizar uma análise sobre a relação da agricultura familiar e as estratégias desenvolvidas na produção de laranja no município de Araruama. O referido município está no grupo dos maiores produtores de frutas cítricas do estado do Rio de Janeiro e juntamente com Itaboraí, Rio Bonito e Tanguá, compõe, portanto, a rota da laranja do estado. Os procedimentos metodológicos abrangem técnicas quantitativas e qualitativas, como: levantamento bibliográfico, levantamento de dados secundários em instituições públicas como IBGE, realização de entrevistas com o técnico responsável e a sistematização dos dados. A pesquisa evidenciou que a citricultura é uma importante estratégia social e econômica para os agricultores familiares. Ademais, foi evidenciado que a falta de incentivos para a produção agrícola familiar e assistência técnica levaram ao declínio da produção, todavia, a produção vem apresentando retomada na produção e na área colhida.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar, Araruama, citricultura, políticas públicas.

## **ABSTRACT**

In this work we will discuss the production of oranges and family farming, in the municipality of Araruama, carrying out an analysis on the factors that influence this production. The purpose of this work is to carry out an analysis on the relationship between family farming and the strategies developed in orange production in the municipality of Araruama. This municipality is in the group of the largest citrus producers in the state and together with Itaboraí, Rio Bonito and Tanguá, it makes up the orange route in the state of Rio de Janeiro. Technological procedures include quantitative and qualitative techniques, such as: bibliographic survey, survey of secondary data in public institutions, conducting interviews and systematizing the data. The research showed that citrus culture is an important social and economic strategy for family farmers. Furthermore, it was evidenced that the lack of incentives for family agricultural production and technical assistance led to a decline in production. Currently, production is in a state of recovery.

**Keywords:** Family farming, Araruama, Citriculture, Public politics.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: População Rural x Urbana no município de Araruama no ano 2000. .... 32

Gráfico 2 População Rural x Urbana no município de Araruama no ano 2010. .... 32

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização de Araruama-RJ .....	27
Figura 2 - Mapa que apresentar a localização do distrito de São Vicente no município de Araruama-RJ .....	31
Figura 3: Galpão Agroindustrial .....	43
Figura 4: Máquina de beneficiamento de citros- processo onde o fruto é lavado e escovado.....	43
Figura 5: Máquina de beneficiamento de Citros, processo de secagem do fruto .....	44
Figura 6: Máquina de beneficiamento- parte onde é realizada a separação do fruto.....	44
Figura 7: Laranjas que saíram da máquina de beneficiamento .....	45
Figura 8: Folder do Programa Quarta é feira.....	63
Figura 9: Imagem da feira da agricultura familiar do projeto quarta é feira .....	64
Figura 10: Imagem da barraca da Dona I.....	64
Figura 11: Imagem da barraca da Dona I .....	65

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil em 2017. ....	25
Tabela 2: Estabelecimentos da agricultura familiar com DAP no Brasil em 2017.....	26
Tabela 3: Estabelecimentos agropecuários em Araruama, 2006 e 2017. ....	34
Tabela 4: Lavouras temporárias e área colhida no município de Araruama em 2020....	35
Tabela 5: Lavouras temporárias e área colhida no município de Araruama em 2020....	35
Tabela 6: Lavouras permanentes e área colhida do município de Araruama em 2020. .	36
Tabela 7: Lavouras permanentes e área colhida do município de Araruama em 2015. .	36
Tabela 8: Pecuária no município de Araruama em 2020.....	37
Tabela 9: Pecuária no município de Araruama em 2015.....	37
Tabela 10: Participação da produção Anual dos municípios de Araruama, Rio Bonito e Tanguá- 2010 e 2016. ....	38
Tabela 11: Área colhida de Laranja em Araruama, Rio Bonito e Tanguá, 2010 e 2016.	39
Tabela 12: Área colhida de Laranja no município de Araruama.....	39
Tabela 13: Quantidade de Laranja Produzida em Araruama em toneladas no ano de 1989, 2000, 2010, 2016 e 2020. ....	41
Tabela 14: Área destinada a colheita de Laranja em Araruama e municípios próximos. ....	52
Tabela 15: Percentual do valor da produção de laranja em relação à produção total das lavouras de Araruama- RJ .....	52
Tabela 16: Número de estabelecimentos agropecuários com DAP no Brasil e no município de Araruama em 2017 .....	57

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CEASA – Central de Abastecimento

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

DAP- Declaração de Aptidão ao PRONAF

EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nations*

FETAG- Federação dos Trabalhadores na Agricultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

MAPA - Ministério da Agricultura Familiar, Pecuária e Abastecimento

NERU – Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos

ONG - Organização não governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PAA – Política de Aquisição de Alimentos

PAM – Produção Agrícola Municipal

PESAGRO - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro

PIB - Produto Interno Bruto

PIBIC - Programa de Iniciação Científica

PNAE – Programa Nacional de Abastecimento Escolar

PPM – Produção Pecuária Municipal

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RJ- Rio de Janeiro

SEAPPA-RJ Secretaria do Estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento do Rio de Janeiro

SMA – Secretaria Municipal de Agricultura

SMAC - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SMAP - Superintendência Municipal de Agricultura e Pecuária

STR – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

TCE – Tribunal de Contas do Estado

UFF - Universidade Federal Fluminense



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 - AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: DISCUSSÃO</b>	
<b>CONCEITUAL.....</b>	<b>16</b>
1.1    Histórico da Agricultura Familiar no Brasil .....	18
1.2    PRONAF e a Lei da agricultura familiar.....	22
1.3    Retratos da Agricultura Familiar hoje no Brasil.....	25
<b>CAPÍTULO 2- LOCALIZAÇÃO E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE</b>	
<b>ARARUAMA-RJ .....</b>	<b>27</b>
2.1    Clima e solo do município de Araruama .....	30
2.2    Dinâmica populacional e econômica.....	31
2.3    Estrutura produtiva e fundiária do município de Araruama .....	33
<b>CAPÍTULO 3: A PRODUÇÃO DE LARANJA E A AGRICULTURA FAMILIAR</b>	
<b>NO MUNICÍPIO DE ARARUAMA .....</b>	<b>38</b>
3.1    A comercialização da laranja produzida em Araruama .....	46
<b>CAPÍTULO 4: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À AGRICULTURA NO</b>	
<b>MUNICÍPIO DE ARARUAMA .....</b>	<b>54</b>
4.1    Políticas Públicas e agricultura no Brasil .....	55
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>68</b>

## INTRODUÇÃO

No ano de 2019, houve o início da pesquisa na área de geografia agrária no NERU, orientado pela professora Dra. Erika Moreira. Por meio da iniciação científica do Edital PIBIC, foi possível participar como bolsista de dois projetos de pesquisa: As agroindústrias delácteos no Noroeste Fluminense (2019-2020) e A confluência do rural- urbano nos municípios Fluminense de Cambuci e Italva (2020-2021). No ano de 2021, foram realizadas levantamento bibliográfico sobre a cidade de Araruama, e o que se destacava era a expressivaprodução de laranja no município e um significativo número de agricultores familiares inseridos na produção de laranja. Diante da escassez de trabalhos que analisassem a Agricultura Familiar e produção de laranja no município, surgiu o interesse em estudar sobre este tema e entender todo o processo.

A produção de citros, sobretudo, da laranja no estado do Rio de Janeiro está concentrada em quatro municípios: Araruama, Itaboraí, Rio Bonito e Tanguá. Conforme apontado pela SEAPPA-RJ (Secretaria do Estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento do Rio de Janeiro), os quatro municípios possuem cerca de 810 produtores de laranja e uma colheita de mais de 65 mil toneladas no ano de 2020.

O objetivo geral do trabalho é de analisar a agricultura familiar no Município de Araruama no que tange à produção de laranja nos anos de 2015 a 2021, explicitando as estratégias econômica e social. Os objetivos secundários foram os seguintes: a) caracterizar os estabelecimentos agropecuários; b) Identificar e compreender os fatores que propiciaram a produção de laranja no município e c) Analisar as políticas públicas em relação à citricultura.

Visando alcançar os objetivos propostos, adotamos procedimentos que auxiliaram na compreensão da agricultura familiar e a produção de laranjas no município de Araruama. Utilizamos pesquisa documental e bibliográfica levantando informações sobre a citricultura, agricultura familiar, políticas públicas e o papel do Estado na rota da laranja. No levantamento bibliográfico, os principais autores foram Schneider (2003), Mattei (2007), Wanderley (2004), Teixeira (2015), Torres (2020), Aquino e Schneider (2015), Gazolla (2012), Junqueira e Lima (2008) e Correa (2007).

Também realizamos a pesquisa de campo exploratória para reconhecer as lógicas que envolvem o processo de produção e comercialização da laranja, além de aplicarmos umroteiro de entrevista com o técnico agrícola e uma agricultora familiar. A pesquisa de campo foi realizada no galpão do produtor e na feira dos agricultores familiares. Os instrumentos

utilizados no trabalho de campo foram a observação, entrevista livre e roteiro de entrevista. Não foi possível realizar a visita nas propriedades rurais devido à questão de acesso, pois só é disponibilizado no município ônibus que fornece o deslocamento apenas até a vila do Distrito de São Vicente, por este motivo, para que pudéssemos ir até as propriedades seria necessário o uso de um carro, que no momento foi impossível. O galpão do produtor está localizado na sede do distrito de São Vicente e a feira dos agricultores familiares está localizada no centro da cidade de Araruama.

As bases de dados secundários utilizadas para a caracterização da conjuntura econômica foram o SIDRA/IBGE (Censos Agropecuários de 2006 e 2017, Produção agrícola municipal – PAM e Produção pecuária municipal – PPM), dados da PESAGRO-RJ (Emprego de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro) e Emater-Rio. Para a sistematização dos dados e informações levantados foram utilizadas planilhas do Excel e, posteriormente, tabelas e gráficos. E, após esse processo realizamos a análise dos dados. Também utilizamos notícias de *sites* da Emater e jornais locais, *site* da prefeitura, que nos permitiram obter o entendimento acerca da agricultura familiar, a produção de laranjas e as políticas voltadas para esse setor no município.

A citricultura apresenta-se como uma estratégia de reprodução econômica e social para os agricultores familiares, uma vez que os produtores utilizam a produção e a comercialização tanto para complementar a renda familiar quanto como principal fonte de renda. Neste trabalho, veremos que a agricultura familiar contribui relevantemente para a citricultura local, mais de 50% dos estabelecimentos com produção de laranja são classificados como agricultura familiar. Na primeira década do século XXI, a citricultura passou por quadros de vulnerabilidade devido à falta de incentivos, assistência técnica e doenças na cultura (carota, careta leprosa e cvc). Neste trabalho, iremos analisar como está se configurando a revitalização da produção de laranja no município no século XXI.

Este trabalho está dividido em 4 capítulos: 1) Agricultura familiar no Brasil, em que há uma discussão teórica do conceito de agricultura familiar; 2) Localização e histórico do município de Araruama, abordando a formação territorial do município e sua estrutura fundiária e produtiva; 3) A produção de laranja no município de Araruama, apresentando os fatores que propiciaram a expansão da produção e o declínio; 4) Políticas Públicas, a qual apresentamos as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, expondo a abrangência das políticas públicas no município.

## **CAPÍTULO 1 - Agricultura Familiar no Brasil: discussão conceitual.**

No capítulo 1 será apresentada a construção do conceito de agricultura familiar e os debates sobre o mesmo. O capítulo está dividido em quatro partes, a primeira traz a introdução do capítulo; a segunda descreve um breve histórico sobre a Agricultura Familiar no Brasil; a terceira apresenta o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e a Lei da agricultura familiar e a quarta apresenta, brevemente, o retrato da agricultura familiar atualmente no Brasil.

De acordo com Schneider (2009), a agricultura familiar está associada ao uso, gestão e organização pautada na família, visto que as unidades funcionam majoritariamente com o uso da mão de obra familiar, podendo haver contratações externas, mas ainda assim, não se perderia o caráter familiar do estabelecimento.

De acordo com Wanderley (2004), no Brasil, há uma confusão entre a definição operacional de agricultura familiar adotada pelo PRONAF e a conceituação de Agricultura Familiar. Pois se observa uma dificuldade no que se relaciona à atribuição de valor conceitual à categoria de Agricultura Familiar.

Segundo Wanderley (2004) para alguns, a agricultura familiar atende a uma categoria de agricultores os quais são capazes de se enquadrar nas atuais exigências do mercado, sendo o oposto dos demais pequenos produtores, que seriam “os chamados agricultores “consolidados” ou os que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação desse segmento” (WANDERLEY, 2004, p. 51).

É relevante pontuar que, segundo Wanderley (2004) o agricultor familiar não é personagem passivo sem resistência diante de forças externas, na verdade ele é protagonista da sua própria história nessa mesclagem que é a agricultura e o meio rural na sociedade moderna (WANDERLEY, 2004, p.54).

Meliczek (2003) apresenta as discussões acerca do conceito de agricultura familiar e os agricultores familiares. De acordo com Meliczek (2003), há uma controvérsia sobre o conceito de agricultura familiar, este debate acaba por proporcionar uma amplitude teórica sobre o tema. Vale pontuar que não existe um consenso para a definição de agricultura familiar. De todo modo, seria um estabelecimento agrícola, no qual é administrado pelos membros da família, podendo ocorrer à participação de todos os integrantes da unidade familiar, ou não, no processo produtivo do estabelecimento.

Ainda como é afirmado por Meliczek (2003), o tamanho da propriedade por si só não é o fator que define a categorização do estabelecimento familiar. Pois segundo o referido autor, o que irá definir é a forma e a intensidade com que se produz (MELICZEK, 2003).

Para a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), há uma relação inversa entre o tamanho do empreendimento até a produção e ocupação. Ou seja, a produção irá aumentar a medida que a ocupação diminui (FAO, 1995, p. 320). FAO define a agricultura familiar por meio de uma definição operacional, que inclui todas as atividades agrícolas, como silvicultura, pesca, produção agrícola e na aquicultura que sejam realizadas e dirigidas por uma família, ou seja, atividades agrícolas de base familiar, que utilizem mão de obra majoritariamente familiar. A unidade familiar e a unidade produtiva devem estar unidas e combinarem funções econômicas, ambientais, sociais e produtivas (SCHNEIDER, 2016)

As unidades que possuem serviços familiares complementares, cuja renda suplementar é obtida fora do setor agropecuário, ou seja, estabelecimentos designados como pluriativos, também são considerados de agricultura familiar (MELICZEK, 2003). Ainda no que se relaciona à agricultura familiar, não é necessário que o proprietário possua uma propriedade privada, famílias que atuam em terras arrendadas e em propriedades comunitárias também podem se enquadrar na categoria de agricultura familiar (MELICZEK, 2003).

É notório afirmar que a agricultura familiar não é necessariamente uma nova pública e nos movimentos sociais, foi adquirindo legitimidade social, política e acadêmica, terminologia, mas recentemente seu uso é empregado nos meios acadêmicos, nas políticas por segmentos do pensamento acadêmico, sendo encaminhada como uma categoria -síntese. passando a ser incorporada mais frequentemente nos movimentos sociais rurais, pelo estado e (SCHNEIDER, 2003)

Com a implantação do PRONAF- Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF em 1996 ou quando a aprovação da Lei 11.326/2006, as atribuições adotadas para a identificação do público alvo (agricultores familiares) foram as atribuições operacionais do conceito, a qual centrava-se por uma caracterização genérica para um grupo propõem um tratamento mais analítico e menos operacional (ALTAFIN, 2007).

Nas contribuições da literatura para a definição do conceito de agricultura familiar, são encontradas diversas vertentes, mas duas estão em destaque: a que descreve a agricultura familiar tanto como uma nova categoria desenvolvida no bojo das transformações capitalistas

quanto àquela que apresenta a agricultura familiar brasileira como um conceito em evolução, que traz consigo suas raízes históricas (ALTAFIN, 2007).

Para a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), a agricultura familiar envolve todas as atividades agrícolas de cunho familiar e é imprescindível para a segurança alimentar do mundo. “Entendemos como segurança alimentar a garantia a todos de acesso suficiente, regular e a baixo custo de alimentos básicos de qualidade, garantindo uma alimentação saudável do ponto de vista qualitativo e quantitativo” (KATO, 2006, p. 56.).

Na seção posterior, apresentaremos o histórico da agricultura familiar no Brasil. Como é pontuado pela Wanderley (2000) as transformações que foram engendradas nos últimos anos do meio rural brasileiro foram marcadas por dois fatores. Primeiramente, o agricultor familiar passou a ser reconhecido como ator social, pois antes eram representados como ‘pobres do campo’. Agora, “são vistos como sendo portadores de outra concepção de agricultura, uma agricultura diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país” (WANDERLEY, 2000, p.20). O segundo seria a intensa demanda pela terra, engendrada pelos movimentos sociais rurais, que proporcionou a criação de assentamentos (WANDERLEY, 2000, p.20). Como consequência da situação descrita, foram experienciados a revalorização do meio rural, a qual ocorreu na transformação que o faz ser percebido como espaço de trabalho e vida (WANDERLEY, 2000).

### **1.1 Histórico da Agricultura Familiar no Brasil**

É constatado que a agricultura familiar enfrentou inúmeras transformações ao longo do século XX, período o qual foram experienciados fatores como a abertura comercial e a modernização do setor, todavia, esses fatores desencadearam inúmeras consequências para os agricultores familiares, como é pontuado por Baiardi (2014)

As transformações estruturais da agricultura nacional, na qual se confundem as categorias empresário capitalista e proprietário de terra, a chamada “modernização conservadora”, transformou, em decorrência do crédito agrícola subsidiado e da adoção de pacotes tecnológicos gerados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o latifundiário rentista em empresário capitalista. Estas mudanças, contudo, não levaram a uma concentração de terra que ameaçasse a existência da agricultura familiar. Entretanto, a mecanização que acompanhou este processo de transformação do latifúndio em empresa, reduziu as oportunidades de o pequeno produtor trabalhar como diarista, o que contribuiu para a migração campo-cidade (BAIARDI, 2014, p.151).

Conforme o exposto é inegável que se sucederam mudanças na organização produtiva e com as transformações no setor agrícola nacional, uma parcela expressiva dos agricultores familiares vivenciou os impactos da modernização da agricultura no Brasil. Pois gerou mudanças estruturais na agricultura, e deixou às margens números expressivos de estabelecimentos familiares, o que exerceu forte influência na mudança demográfica do país, visto que diminuiu as oportunidades do produtor no campo, gerando um crescimento na taxa de urbanização brasileira, e por conseguinte o êxodo rural (BAIARDI, 2014).

Nas últimas décadas, a agricultura familiar ganhou legitimidade política, social e acadêmica no Brasil, visto que a discussão passou a se pautar em debate dos representantes dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e nas universidades.

O sindicalismo rural perpassa por inúmeras implicações neste período da década de 1990, devido à conjuntura onerosa suscitada por questões, como: a abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação (SCHNEIDER, 2003). Nesta mesma década, vislumbrou-se uma inquietação destes debates junto aos movimentos sociais, os quais produziram e evidenciaram manifestações políticas que resistem até os dias atuais.

Mediante ao cenário supracitado, a incorporação da noção de agricultura familiar nas políticas públicas no Brasil, contribuiu para a afirmação social da categoria. Essa afirmação social da categoria apresentou-se como capaz de oferecer respaldo à inúmeras categorias sociais, como: assentados, arrendatários, parceiros, integrados às agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais (SCHNEIDER, 2006, p. 101).

Com o encaminhamento de uma nova categoria-síntese, os agricultores familiares, obtiveram maior visibilidade, o que contribuiu para sua afirmação e garantia de seus direitos nesse período de adversidade.

Também foi engendrada a institucionalização da agricultura familiar com a Lei n.11.326, de 24 de julho de 2006 cuja diretriz era a formulação de uma política nacional e proporcionar um novo olhar sobre essa categoria (SCHNEIDER, 2003). Ainda, no ano de 2006, pela primeira vez, o Censo Agropecuário contemplou dados sobre a agricultura familiar realizou a caracterização e fez a diferenciação entre estabelecimentos familiares e não familiares. De acordo com Schneider e Cassol (2013), foi mediante os dados do Censo Agropecuário de 2006 (divulgado em setembro de 2009) que se estabeleceu um consistente debate sobre o papel e a dimensão da agricultura familiar no Brasil e sua relevância para o desenvolvimento rural.

É possível constatar três agentes que contribuíram para a elaboração da agricultura familiar como segmento e categoria no Brasil:

alguns trabalhos acadêmicos que deram base para repensar o lugar teórico desta agricultura na história e no desenvolvimento do país; as políticas do Estado e as normativas legais que deram visibilidade e definiram operacionalmente como se compreende esta categoria; e as organizações de agricultores familiares que têm identificado nesta categoria o seu projeto de agricultura e a utilizam como identidade política (PICOLOTTO, 2015, p.10).

Podemos destacar um terceiro elemento importante nesta discussão sobre a institucionalização da agricultura familiar no Brasil, que diz respeito à reorientação dos debates acadêmicos sobre a ruralidade. Surpreendentemente, a partir da segunda metade da década de 1990, houve uma relativa retomada dos estudos agrários e rurais no Brasil que até então suscitara pouco interesse dos pesquisadores (SCHNEIDER, 2003, p.102).

Esse novo cenário permitiu que os pesquisadores ampliassem seu escopo temático para além das discussões acerca dos impasses e das possibilidades da reforma agrária e dos assentamentos, das questões relacionadas aos impactos do desenvolvimento tecnológico ou das migrações (SCHNEIDER, 2003).

Como é apresentado por Mattei (2007), no curso do processo de modernização da agricultura brasileira, entre os anos 1950 e 1980, as políticas públicas foram majoritariamente planejadas para os setores voltados para a exportação, cujo discurso era evitar o desequilíbrio da balança comercial, dessa forma, foram privilegiados os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das *commodities*. Como produto deste cenário, o segmento da agricultura familiar sofria com a ausência de políticas públicas, tendo escassez de políticas agrícolas, não usufruindo de nenhuma política pública nacional específica para o segmento até o início da década de 1990.

Com a promulgação da Constituição de 1988, ocorreu um reordenamento do Estado brasileiro. Ao se primar mais pela descentralização, introduziram-se novos mecanismos de gestão social das políticas públicas, visando democratizar o acesso dos beneficiários aos recursos públicos. Em grande medida, esse movimento conduziu a um aumento crescente dos conselhos gestores, tanto de políticas setoriais como das políticas gerais de desenvolvimento nas esferas federal, estaduais e municipais (MATTEI, 2007, p. 144).

A criação do referido programa é resultado de reivindicações das organizações de trabalhadores rurais, que expuseram a carência e a fragilidade do segmento em relação às



políticas públicas, requerendo a formulação e a implementação de políticas públicas especiais. Conforme apresentado no início do capítulo, é indubitável que o movimento sindical rural desempenhou um papel definitivo para construção do PRONAF e, conseqüentemente, da inserção da categoria da agricultura familiar no bojo das políticas públicas. Vale salientar que o programa ocasionou o acesso dos agricultores familiares aos sistemas oferecidos pelo sistema financeiro internacional (MATTEI, 2007). Serão expostos abaixo os fatores essenciais para a transformação das políticas de desenvolvimento rural, segundo Mattei (2007).

Assim, a década de 1990 foi marcada por alguns fatores que foram decisivos para mudar os rumos das políticas de desenvolvimento rural. Por um lado, o movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/Cut), passaram a direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura da economia. Com isso, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que já haviam começado a ter voz na Constituição de 1988, ganharam destaque nas “Jornadas Nacionais de Luta” da primeira metade da década de 1990 e que, a partir de 1995, passaram a ser denominada de “Grito da Terra Brasil” (MATTEI, 2007, p.145).

O surgimento da expressão agricultura familiar ocorreu a partir da década de 1990, sendo reflexo de dois eventos que promoveram um grande efeito social e político no meio rural (SCHNEIDER, 2003). No campo político, a expressão foi adotada como uma nova “categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Em meados dos anos de 1990, assistiu-se a uma verdadeira efervescência desses movimentos” (SCHNEIDER, 2003, p.100). Esses movimentos sociais criaram formas e manifestações políticas que coexistem até os dias atuais, como o *Grito da Terra* (SCHNEIDER, 2003).

De acordo com *site* da CONTAG, o *Grito da Terra Brasil* é uma mobilização realizada pela instituição e apoiada pelas FETAGs e pelos STRs. O evento alcançou inúmeras conquistas para os trabalhadores do meio rural, exemplos de conquistas, foram: PRONAF; a desapropriação de cerca de mil áreas que já beneficiaram mais de 80 mil famílias; a concessão de cerca de 500 mil benefícios previdenciários rurais repesados no INSS e a melhoria das condições de trabalho dos assalariados e das assalariadas rurais. A CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), de acordo com Schneider e Cassol (2013, p.15),

é descrita como a organização mais convencional e política da agricultura familiar, tratando-se de relevante organização sindical que abrange trabalhadores rurais do país.

Como vimos nesta seção, os agricultores familiares enfrentaram inúmeras onerosidades nas últimas décadas. Uma das importantes estratégias para lutar contra as dificuldades experienciadas pela categoria (abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação) foi a organização coletiva. O ingresso nessas organizações coletivas pode facilitar o acesso a inúmeros benefícios, que aprimorarão a sua produção. Inclusive, irão prover meios para acessarem mercados mais competitivos e vantagens fiscais, para que assim, sobreviva à competição por condições e acesso aos recursos de produção. Pois, segundo Andrade e Alves (2003), as cooperativas tornaram-se um meio de fortalecerem suas atividades produtivas, uma vez que, possam contribuir para o alcance de melhores resultados, inclusive, uma maior inserção e participação na economia demanda do modelo produtivo, faz-se necessário produtivo requer mais flexibilidade e mais controle.

## **1.2 PRONAF e a Lei da agricultura familiar**

O PRONAF é uma política pública com o objetivo de apoiar atividades agrícolas e não agrícolas dos agricultores familiares nas linhas de custeio e investimento (BIANCHINI, 2015, p. 70). Outrossim, financia investimentos coletivos e de cooperativas de agricultores familiares. Possuindo o intuito de gerar renda e reduzir as desigualdades, possibilitar a inclusão socioeconômica dos agricultores familiares e a segurança alimentar de toda a população (BIANCHINI, 2015). O PRONAF foi promulgado em 1996, o mesmo é produto de uma vigorosa participação da agricultura familiar e foi se fortalecendo e hoje alcança grande parte do rural do país. (BIANCHINI, 2015).

O PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar) tem como objetivo de promover o desenvolvimento de forma sustentável e possibilitar o acesso de crédito aos produtores familiares e como foi pontuado por Schneider (2003), a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou com a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Iremos iniciar com a apresentação da política pública de âmbito nacional, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar). Sua institucionalização

ocorreu em 1996 com o intuito de prover e fortalecer as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva, a melhoria da qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania no campo (MATTEI, 2005, p.14).

Como é pontuado por Mattei (2005), no Manual operacional do PRONAF é estabelecido como objetivo principal do programa criar condições as quais propiciem o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e de renda para os produtores, para que assim, possa ser experienciado pelos agricultores familiares uma melhor qualidade de vida. Ademais, o PRONAF apresenta o objetivo de promover o desenvolvimento de forma sustentável e possibilitar o acesso ao crédito para os agricultores familiares. Abaixo, estarão enumerados os objetivos apresentados por Mattei (2005).

- Ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- Viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;
- Elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;
- Estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos (MATTEI, 2005).

Vale salientar que foram as pressões e as manifestações dos movimentos sindicais rurais que levaram a constituição do PRONAF na década de 1990, pois os pequenos produtores estavam sofrendo com dificuldades para se manter na atividade, uma vez que, durante a década de 1980, diante da crise que assolava o país e da falta de recursos para essa categoria pulverizada em diferentes terminologias.

Sobre a finalidade do programa:

Com a promulgação da Constituição de 1988, ocorreu um reordenamento do Estado brasileiro. Ao se primar mais pela descentralização, introduziram-se novos mecanismos de gestão social das políticas públicas, visando democratizar o acesso dos beneficiários aos recursos públicos. Em grande medida, esse movimento conduziu a um aumento crescente dos conselhos gestores, tanto de políticas setoriais como das políticas gerais de desenvolvimento nas esferas federal, estaduais e municipais (MATTEI, 2007, p. 144).

O PRONAF está presente na grande maioria dos municípios brasileiros, sua execução acontece de forma descentralizada, instituições governamentais e não governamentais atuam na funcionalidade do programa (BIANCHINI, 2015). Como é apontado por Bianchini (2015),

o programa é efetivado por bancos público, como: Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Além dos Bancos Públicos, as Cooperativas de Crédito Rural também possuem sua parcela de participação na aplicação do programa. Igualmente, as instituições públicas, governamentais e não governamentais, auxiliam na qualificação do crédito. Os Sindicatos e as Associações de Agricultores Familiares também exercem importante papel na execução do programa, uma vez que, auxiliam no aperfeiçoamento do programa, junto com a ATER governamental, realizam a emissão da Declaração de Aptidão da Agricultura Familiar, um cadastro que habilita o agricultor familiar a utilizar o crédito do PRONAF e (ou) outros instrumentos de políticas públicas (BIANCHINI, 2015).

O crédito do PRONAF possui diferentes atribuições para os grupos de agricultores familiares, atualmente, as condições são divididas para três grupos:

Grupo A: inclui os assentados da Reforma Agrária e do Crédito Fundiário. Estes agricultores contam com uma Linha do PRONAF Investimento de até R\$25 mil, mais 1,5 mil para pagamento de ATER, com bônus de adimplência de 43,4% e juros de 0,5% ao ano. Podem contar ainda com até três operações de custeio de R\$7,5 mil e juros de 1,5% a.a., além de um PRONAF microcrédito da Reforma Agrária de até 4 mil com bônus de adimplência de 50% e juros de 0,5% a.a. Grupo B: inclui os agricultores situados abaixo da Linha de Pobreza, com Renda Bruta Familiar abaixo de R\$20 mil reais. Esses agricultores contam com Investimentos de até R\$4 mil, juros de 0,5% ao ano e bônus de adimplência de 25% para os primeiros R\$12 mil. No Semiárido em municípios em estado de calamidade devido à seca, o bônus de adimplência vai a 50%. Este microcrédito é aplicado com a metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. No Nordeste brasileiro, na Região do Semiárido, o BNB aplica mais de 400 mil operações de microcrédito por ano com acompanhamento de agentes de crédito no nível da comunidade dos agricultores. A extensão rural das Ematers também realiza um atendimento complementar a esses agricultores. Demais Agricultores Familiares: são aqueles com Renda Bruta Familiar entre R\$20 mil e R\$360 mi (BIANCHINI, 2015, p.71).

Para que ocorra a identificação dos agricultores familiares, é utilizada a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), para que assim, possam acessar as políticas públicas correspondentes ao seu enquadramento. Pois esta declaração reconhece os agricultores familiares como aptos para que possam participar do PRONAF, e de outros programas.

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece diretrizes para a agricultura familiar no Brasil. Em seu art. 1º. estabelece conceitos, princípios e instrumentos destinados à elaboração das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. No seu art. 2º. afirma a gestão e execução da Política Nacional da Agricultura familiar e empreendimentos rurais serão ligados, em todas as faces da sua elaboração, com a lei da política agrícola e políticas voltadas para a reforma agrária. Em seu art. 3º. são apresentados os requisitos para que o agricultor possa usufruir dos efeitos da lei, eo requisitos, são: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (PLANALTO, 2006)

Esta lei regulamenta a agricultura familiar como atividade econômica no país. Contribui para consolidação da agricultura familiar no campo político e institucional, sendo substancial para o fortalecimento deste segmento no país, para afirmação social da agricultura familiar que possuiu maior alcance entre os anos de 1996 (ano da criação do PRONAF) e 2006 (SCHNEIDER; CASSOL, 2013, p. 12).

### 1.3 Retratos da Agricultura Familiar hoje no Brasil

Agora, apresentaremos os retratos da agricultura familiar no Brasil. Na tabela 1, veremos os números de estabelecimentos no Brasil na atualidade.

**Tabela 1:** Estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil em 2017.

Pais	Agricultura Familiar	Agricultura Patronal
Brasil	3.897.408	1.175.916

**Fonte:** Censo Agropecuário de 2017

De acordo com a tabela 1, a agricultura familiar representava 77% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil. Dos 5.073.324 estabelecimentos agropecuários no Brasil, 3.897 estabelecimentos foram classificados como familiar, ficando explícita a relevância da agricultura familiar no Brasil.

Segundo o MAPA (Ministério da Agricultura Familiar, Pecuária e Abastecimento), a agricultura familiar, em 2017, era responsável por empregar mais de 10 milhões de pessoas, o que configura em torno de 67% do pessoal ocupado no setor agropecuário. 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários do Brasil é provido da agricultura familiar.

Segundo o MAPA (2017) A categoria responde por 48% do valor da produção de temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão no país.

**Tabela 2:** Estabelecimentos da agricultura familiar com DAP no Brasil em 2017.

País	Estabelecimentos de agricultura familiar	Estabelecimentos de agricultura familiar com DAP
Brasil	3.897.408	1.379.561

**Fonte:** Censo Agropecuário de 2017

Dos 3.897.408 estabelecimentos agropecuários no Brasil, 1.370.561 possuem a DAP, representando 33%. Dos estabelecimentos, 77% dos estabelecimentos familiares não possuem a declaração, revelando um baixo índice de DAP no país. A maioria dos produtores familiares fica às margens das políticas públicas voltadas para este segmento, revelando uma abrangência restrita.

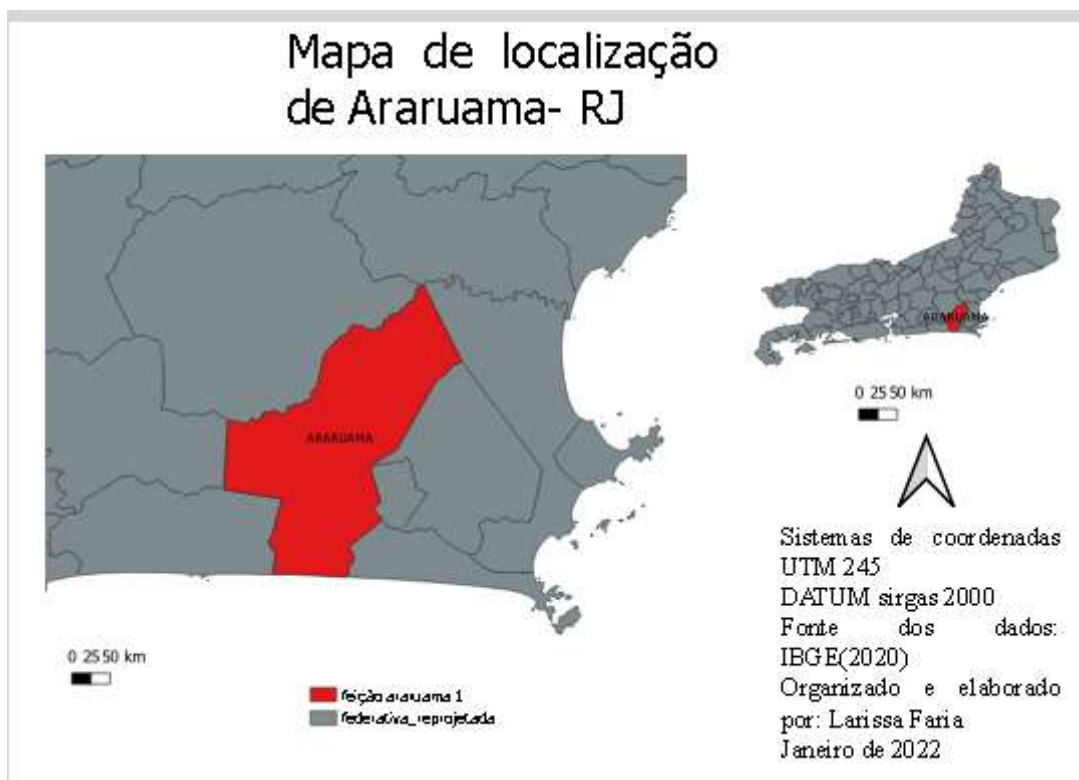
Ao longo do capítulo 1, foram expressas questões remetentes à agricultura familiar, os desafios encontrados pelos agricultores e as atribuições positivas que ocorreram para a categoria. No próximo capítulo, discutiremos acerca da agricultura familiar no município de Araruama (RJ), o setor agrícola e a produção de laranja em âmbito local.

## Capítulo 2- Localização e Histórico do município de Araruama-RJ

No capítulo 2, iremos realizar a caracterização da nossa área de estudo e está dividido na apresentação da formação territorial do município de Araruama, onde serão expostos a sua localização, o contexto histórico, a dinâmica econômica, populacional, estrutura fundiária, estrutura produtiva e a agricultura familiar no município.

O município de Araruama (figura 1) está localizado no Estado do Rio de Janeiro e possui uma população de 136.109 pessoas, possuindo uma extensão territorial de 638,278 km<sup>2</sup>, ocupando 17,5% da área baixada litorânea, regionalmente chamada de região dos lagos. Os limites municipais do referido município são: Iguaba Grande, Arraia do Cabo, Saquarema, Cabo Frio, Rio Bonito, Casemiro de Abreu e Silva Jardim.

**Figura 1:** Mapa de localização de Araruama-RJ



Os limites municipais perpassam desde o litoral (contemplando a parte da restinga de massambaba, na qual está localizada as proximidades do oceano atlântico e as lagoas da região) até a área serrana, no limite com o município de Silva Jardim (FERREIRA, 2019).

De acordo com o IBGE no site Cidades@ (2020), os primeiros habitantes do município de Araruama foram os índios Tupinambás. Há indícios de que eles foram atraídos pela grande disponibilidade de sal existente na região. Entretanto, os índios tupinambás interessavam-se no sal apenas por questão de subsistência para suprirem as suas necessidades. O referido município foi uma localidade pertencente ao município de Cabo Frio até 1852, a partir deste período passou ao poder de Saquarema. A lei de 06 de fevereiro de 1859 levou Araruama, mais precisamente a localidade de Mataruna, ao status de sede do município de Saquarema (IBGE, 2020).

Em 1860, o município de Araruama já se encontrava emancipado e já possuía sua câmara municipal. A coroa portuguesa criou uma lei a qual garantia para a Capital o controle exclusivo do comércio Salino, pois temiam que ele se tornasse um meio para movimentos emancipacionistas.

Consoante a divisão administrativa engendrada nos anos de 1911, o município foi constituído por três distritos: Araruama, Morro Grande e São Vicente de São Paulo. Por volta do ano 1940, houve a mudança toponímica do distrito “São Vicente de São Paulo”, passando a ser chamado de “São Vicente de Paulo”. Atualmente, Araruama conta com os distritos de Araruama, Praia Seca e Iguabinha, Morro Grande e São Vicente de Paulo.

A região dos lagos antes da chegada dos Europeus já era intensamente povoada. A ocupação humana da região teve início quando milhares de nativos ocuparam todo o território entorno dos complexos lagunares de Araruama e Saquarema em um movimento que começou a milhares de anos e que resultou em uma intensa ocupação no movimento de chegada dos europeus no século XVI [...] A colonização e conquista portuguesa acabou levando a extermínio de grande parte das populações na região dos lagos (MOREIRA; CARNEIRO, 2010, p. 55).

Segundo Teixeira (2015), o desenvolvimento das cidades que compõe a região dos lagos se estrutura de acordo com a lógica de produção das cidades do Rio de Janeiro e Niterói, principalmente no que tange às relações de exploração agrícola por volta da década de 1950 e, após esse período, as relações turísticas. “A região como um todo esteve predominantemente ligada à produção salineira nas áreas litorâneas e à produção de cana-de-açúcar, de gado e de outras culturas, no interior, onde a lagoa e as áreas de pastagens



constituem a ocupação do solo dominante para a produção local” (TEIXEIRA, 2015, p. 27).

Por volta do fim do século XIX, a principal ligação entre Niterói e Araruama era a linha ferroviária de Niterói-Maricá, esta via era responsável por estabelecer uma comunicação das cidades da Costa Fluminense até Cabo Frio, possuindo grande funcionalidade para a exploração comercial de sal, a produção agrícola e o transporte de passageiros. A lagoa também era um importante canal para escoar as mercadorias produzidas no município de Araruama e, especialmente, nas estradas não pavimentadas. Um marco importante para a região dos lagos foi a construção da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106), construída nos anos 1950 com a finalidade de estabelecer o trajeto Niterói- Campos, contudo, também serviu às cidades da região dos lagos, engendrando uma intensa transformação na organização espacial do município (TEIXEIRA, 2015).

Teixeira (2015) expõe que as vias antecederam a construção da Rodovia Amaral Peixoto e retrata as transformações que as vias proporcionaram à região.

Primeiramente, em 1924 o trecho ligando a estação de Iguaba Grande até Cabo Frio foi construído. Em 1929, houve a sua reconstrução com o aumento de quatro metros de largura sob um comprimento de quatro quilômetros. No início do ano de 1939, o primeiro percurso da Rodovia Amaral Peixoto ligando a cidade de Niterói a Cabo Frio foi finalizado, mas sem o asfaltamento, que começa em 1952 e é realizado em várias etapas, conduzindo à desativação da via-férrea. Em 1954, 78 km do trecho asfaltado foram executados, e somente em 1965 que a extensão dos 179 km ligando Niterói a Cabo Frio foi completamente asfaltado. Durante este período, as primeiras linhas de ônibus serviram esses 179 km, facilitando, assim, o acesso à região e a aceleração da urbanização, que começa com mais intensidade, e dando continuidade ao processo iniciado nos anos 1950, a partir da inauguração da ponte-Rio-Niterói, em 1974, o que facilitou o acesso dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro à região (TEIXEIRA, 2015, p. 27).

É indubitável que a construção da ponte Rio-Niterói em 1974 proporcionou a facilitação do acesso à região, ocasionando a aceleração da urbanização na região das baixadas litorânea, intensificando assim, o processo de urbanização que já vinha acontecendo ao longo dos anos 1950, devido à pavimentação da rodovia Amaral Peixoto que liga o trecho Cabo Frio - Niterói, facilitando o fluxo entre a região metropolitana e as baixadas litorâneas.

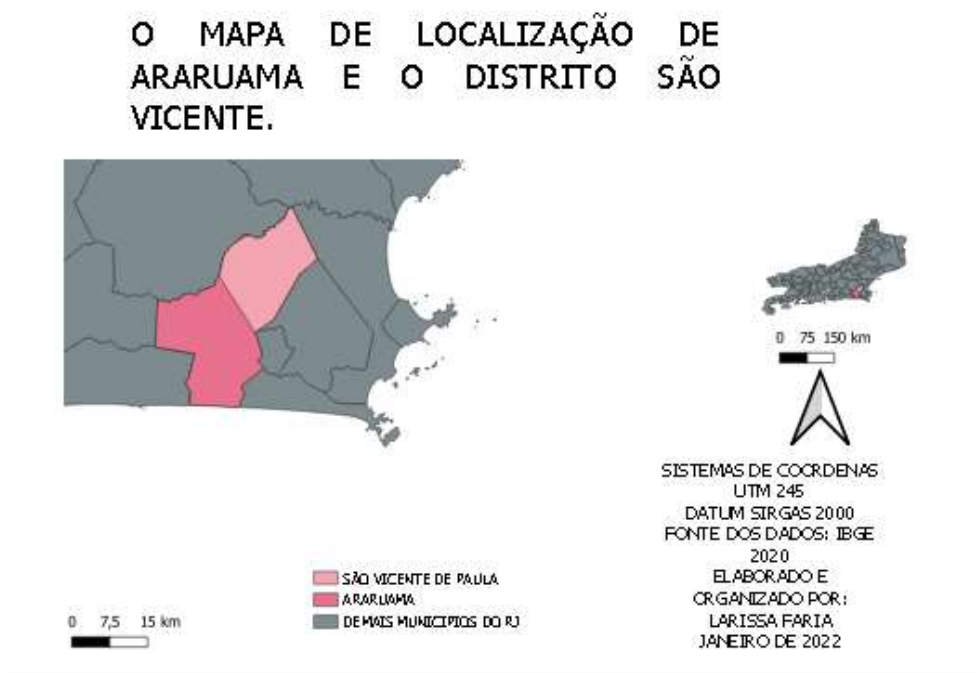
## 2.1 Clima e solo do município de Araruama

Como veremos no capítulo 3, no município de Araruama há inúmeras políticas públicas que incitam a produção de laranja. E o clima local é uma das justificativas usadas para as políticas públicas voltadas para essa área, pois afirmam que o clima é propício para a produção de laranjas. O clima é apresentado como um dos fatores que contribuiu para a expressiva produção de frutas cítricas no município, pois o clima presente no município de Araruama caracteriza-se como um clima propício para a produção de laranjas.

A produção de laranjas no estado do Rio de Janeiro está concentrada em 4 municípios do estado e produzem mais de 50% do que é produzido em todo o estado, por este motivo, é necessário apresentar uma breve descrição sobre o clima do município de Araruama. Segundo o *site Climadata*, o clima desta região é tropical, contendo o nível de precipitação anual superior a 1.500 mm, atingindo o nível máximo de precipitação entre os meses de novembro e março e o nível mínimo nos meses de junho, julho e agosto. A temperatura anual fica em torno de 23° C, com mínimas diárias entre 9 a 19° C no inverno e máximas de 30C° a 38 C° no verão.

A produção de laranjas em Araruama é realizada no distrito de São Vicente de Paula e possuía de acordo com o Censo Demográfico de 2010, 12 mil habitantes. Na figura2 é possível observar o mapa de localização do distrito de São Vicente no município de Araruama-RJ.

**Figura 2** - Mapa que apresentar a localização do distrito de São Vicente no município de Araruama-RJ.



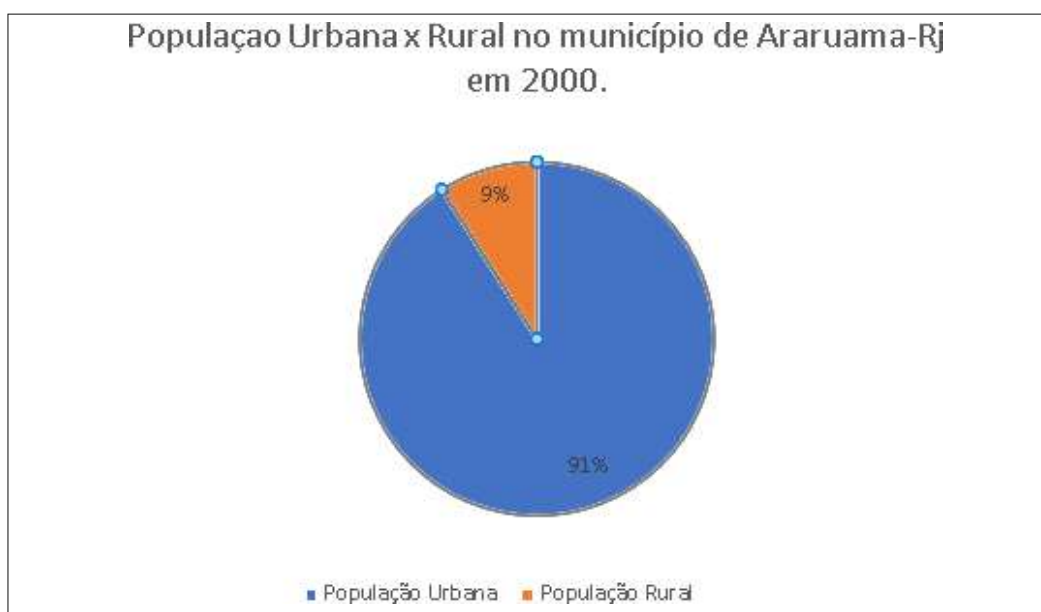
De acordo com o Laborsolo (2014), o solo no local é predominantemente argissolo vermelho - amarelo. A principal é o gradiente textural, possuindo uma nítida separação entre os horizontes, sendo nítidas as separações das cores e texturas. Este é um solo que detém uma drenagem que varia de moderado a bem drenado. Sua textura é predominante média na parte superficial e argilosa em sua subsuperfície. Por possuírem textura média-argilosa são indicados para culturas agrícolas devido à grande disponibilidade de água disponível e boa reserva de minerais.

## 2.2 Dinâmica populacional e econômica

No Censo Demográfico de 2000 do IBGE, o município de Araruama, contava com uma população de 82.803 habitantes. Segundo o estudo Socioeconômico do TCE-RJ, a população de Araruama representa 13,0% da população da região da baixada litorânea, possuindo uma proporção de 97,3 homens para cada 100 mulheres. Sobre a densidade demográfica, o município possui uma densidade de 111 habitantes por km<sup>2</sup> de seu limite municipal.

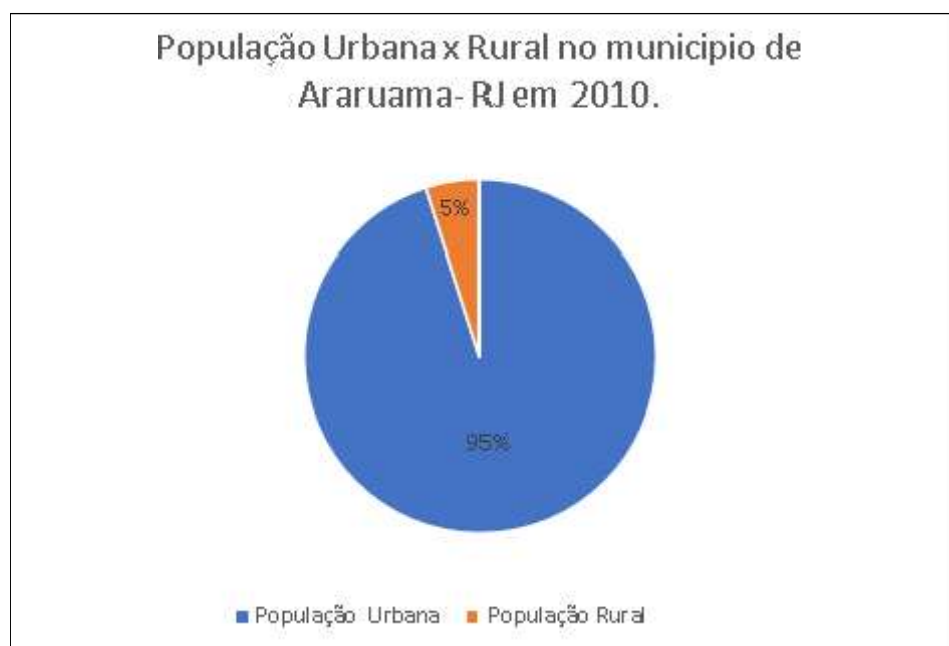
No Censo Demográfico de 2010, foi registrada a presença de 112.008 habitantes. Atualmente, a população estimada é de 136,109 habitantes (IBGE, 2021). Os gráficos 01 e 02 irão apresentar que tanto em 2000 quanto em 2010 a população de Araruama apresentava-se com 90% urbana.

**Gráfico 1:** População Rural x Urbana no município de Araruama no ano 2000.



**Fonte:** IBGE (2000) **Org:** Larissa Faria

**Gráfico 2** População Rural x Urbana no município de Araruama no ano 2010.



**Fonte:** IBGE (2000) **Org:** Larissa Faria

Como foi demonstrado nos gráficos 1 e 2, a população de Araruama é predominantemente urbana, sendo mais de 90% caracterizados como residentes urbanos.

Teixeira (2015) apresenta a polarização sofrida pelo município de Araruama, sendo este um dos principais fatores que desencadearam essa transformação na dinâmica populacional. A polarização da referida região foi realizada pelas cidades do Rio de Janeiro e Niterói. Esta polarização foi resultante da ação das atividades econômicas locais, no caso, o sal e as atividades agrícolas que representavam os elementos da produção do capital e pelo escoamento das mercadorias produzidas nos municípios da região.

No tocante a atividade industrial “a atividade industrial principal foi à extração de sal, em que a Companhia Nacional de Álcalis (CNA), criada em 1943 e, em funcionamento apenas no início dos anos 1960, representou o marco da expansão econômica regional” (TEIXEIRA, 2015, p.50).

Consoante ao que foi supracitado, podemos afirmar que a migração voltada para a atividade industrial, especificamente, na extração de sal, ocasionou grandes transformações na dinâmica populacional no município, levando a expansão de loteamentos na cidade e intensificando o processo de urbanização.

### **2.3. Estrutura produtiva e fundiária do município de Araruama**

Em linhas gerais, o Brasil é um país com grande concentração fundiária, fruto do seu processo de colonização. No município de Araruama não foi diferente, pois as terras estão concentradas a um pequeno número de proprietários.

Segundo Almeida e Serra (2012), desde o primeiro acesso jurídico à terra no Brasil, a concentração de terra esteve presente na história agrária do país. A primeira forma de acesso à terra foi às sesmarias, onde ocorria a doação de terras para os sesmeiros. No regime das sesmarias tinham-se exigências, que eram o cultivo da terra e a moradia habitual, contudo não havia comprovação da produção e nem da moradia habitual, fazendo com que as exigências ficassem apenas no papel. Ao longo do tempo, houve questões que inviabilizaram a exploração econômica, pois possuíam grande dimensão das porções de terra e faltava mão de obra. Entretanto, a concessão das terras não foi desfeita. Tendo o início a concentração de terras no Brasil (ALMEIDA; SERRA, 2012).

Para Almeida e Serra (2012), em 1850, surgiu uma regulamentação que estabelecia que a aquisição de terras deveria ser feita por meio da compra, a chamada lei de terras. A

lei de terras possuía dispositivos que buscavam revalidar as doações feitas anteriormente e legitimar as posses mansas e pacíficas (ALMEIDA; SERRA, 2012). Segundo Strazacappa (2006) *apud* Almeida e Serra (2012) a elaboração da lei e terras foi realizada por latifundiários, tendo o intuito de dificultar o acesso à terra para os recém libertos e os imigrantes.

De acordo com o IBGE (2017), o município de Araruama possui uma área de 28.308 hectares, sendo que apenas 2.536 são ocupadas por pequenas propriedades (até 20 hectares) e 25.772 estão concentradas nas grandes propriedades (acima de 100 hectares). Ou seja, 83% dos estabelecimentos dominam 9% da área e 7% dos estabelecimentos ocupam 92% da área.

Ainda em termos de estrutura fundiária, em 2006, o município de Araruama possuía 719 estabelecimentos agropecuários, sendo 71% de agricultura familiar e 29% de agricultura patronal. Já em 2017, Araruama possuía 830 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2017), sendo 47% de agricultura familiar e 32% de agricultura não familiar. Portanto, a agricultura familiar representa menos da metade dos estabelecimentos agropecuários no município. Dentre os motivos que podem explicar esta redução, podemos citar o fato de esta atividade não está sendo passada de forma hereditária, visto que os filhos estão deixando os estabelecimentos agropecuários e voltando-se para o mercado de trabalho urbano e residem fora das áreas rurais. O que pode ser explicado por mais de 90% da população ser classificada urbana segundo o censo demográfico de 2010 do IBGE.

**Tabela 3:** Estabelecimentos agropecuários em Araruama, 2006 e 2017.

Município	2006		2017	
	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Araruama	517	202	391	439

Fonte: Censo agropecuário de 2006 e 2017 – IBGE

Os dados da tabela 3 retratam dois processos no município, o primeiro é o aumento de estabelecimentos agropecuários no município, o segundo é uma redução no número de estabelecimentos provenientes da agricultura familiar. Um sobre essa diminuição é o arrendamento de terras o qual a AGRISA (uma destilataria que produz etanol), vem realizando no distrito de São Vicente (Distrito Rural de Araruama). A expansão da cana de

açúcar em Araruama foi fomentada no ano de 2005 e veremos na tabela 4 que, atualmente, é a lavoura com maior área colhida no município.

Quando se compara apenas as lavouras permanentes (lavoura a qual a laranja está incluída), o número de agricultores familiares é maior. Dos 153 estabelecimentos com produção de lavoura permanente no município 84 são de agricultura familiar, somando 55% dos estabelecimentos com produção de lavoura permanente (PAM, 2020). E, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2017), dos 133 estabelecimentos pós produção de laranja (com mais de 50 pés de lavoura permanente), 71 são da agricultura familiar, 53% dos estabelecimentos com produção de laranja são de agricultura familiar. E dos 277 estabelecimentos pós produção de laranja (com menos de 50 de lavoura permanente), 153 são da agricultura familiar, 55% dos estabelecimentos com produção de laranja são de agricultura familiar. Ou seja, a maioria dos estabelecimentos com produção de laranja é de agricultura familiar.

Em termos de estrutura produtiva, constatamos que o município de Araruama possui 4 lavouras temporárias, 5 permanentes lavouras, 8 efetivos de rebanho. Nas tabelas 4 e 5, veremos as lavouras temporárias existentes no município e suas respectivas áreas colhidas nos anos de 2015 e 2020 de acordo com a PAM (Pesquisa Agrícola Municipal).

**Tabela 4:** Lavouras temporárias e área colhida no município de Araruama em 2020.

<b>Município</b>	<b>Área colhida Cana de- açúcar</b>	<b>Área colhida Feijão</b>	<b>Área colhida Mandioca</b>	<b>Área colhida Melancia</b>
Araruama	3.399 ha	8 ha	105 ha	5 ha

**Fonte:** PAM -IBGE (2020)

**Tabela 5:** Lavouras temporárias e área colhida no município de Araruama em 2015.

<b>Município</b>	<b>Área colhida Cana de- açúcar</b>	<b>Área colhida Feijão</b>	<b>Área colhida Mandioca</b>	<b>Área colhida de Milho</b>
Araruama	1.700 ha	14 ha	200 ha	20 ha

**Fonte:** PAM- IBGE (2015)

Como vimos nas tabelas 4 e 5, há lavouras temporárias no município de Araruama, que são cana-de-açúcar, feijão, mandioca e melancia. Dentre elas a que se destaca é a de cana-de-açúcar que possui uma área colhida de 3.339 hectares. Já no ano de 2015, as lavouras de Araruama eram compostas por cana de açúcar, feijão, mandioca e milho. Tanto em 2015 quanto em 2020, a cana de açúcar segue sendo a maior lavoura temporária do município em área colhida.

Já nas tabelas 6 e 7 estão expostos os dados das lavouras permanentes de Araruama, estabelecendo um comparativo entre os anos de 2015 e 2020.

**Tabela 6:** Lavouras permanentes e área colhida do município de Araruama em 2020.

<b>Município</b>	<b>Área colhida Coco da Baia</b>	<b>Área colhida Laranja</b>	<b>Área colhida Limão</b>	<b>Área colhida Maracujá</b>	<b>Área colhida Limão</b>
Araruama	65 ha	1.627 ha	300 ha	4 ha	143 ha

**Fonte:** PAM- IBGE (2020)

Como vimos na tabela 6, o município de Araruama possui 5 hectares de lavouras permanentes, contendo 2.139 hectares de lavoura permanente, que são: coco da baia, laranja, limão, maracujá e tangerina. Entre elas, se destaca a laranja com 1.627 hectares de área colhida.

**Tabela 7:** Lavouras permanentes e área colhida do município de Araruama em 2015.

<b>Município</b>	<b>Área colhida Coco da Baia</b>	<b>Área colhida Laranja</b>	<b>Área colhida Limão</b>	<b>Área colhida Mamão</b>	<b>Área colhida Maracujá</b>	<b>Área colhida Tangerina</b>
Araruama	130 ha	2.600 ha	250 ha	12 ha	30 ha	350 ha

**Fonte:** PAM-IBGE (2015)



Como vimos na tabela 7, o município de Araruama, no ano de 2015, possuía 5 lavouras permanentes, contendo 3.372 hectares de lavoura permanente, que são: coco da baía, laranja, limão, maracujá e tangerina. Entre elas, a que mais se destaca é a laranja com 2.600 hectares de área colhida.

**Tabela 8:** Pecuária no município de Araruama em 2020.

Município	Efetivo de Rebanho de Bovino	Efetivo de Rebanho de Bupalino	Efetivo de Rebanho de caprino	Efetivo de Rebanho de codorna	Efetivo de Rebanho de Equino	Efetivo de Rebanho de Galináceos	Efetivo de Rebanho de ovinos	Efetivo de Rebanho de suínos
Araruama	45.739	400	330	2.200	5.170	33.000	2.000	958

Fonte: PPM- IBGE (2020)

Segundo os dados da tabela 8, o município de Araruama possui 8 tipos de efetivos de rebanho, bovino, bupalino, caprino, codorna, equino, galináceo, ovinos e suínos, entre eles, os que mais se destacam são: bovinos com 45.739 cabeças e galináceos com 33.000 cabeças.

**Tabela 9:** Pecuária no município de Araruama em 2015

Município	Efetivo de rebanho bovino	Efetivo de rebanho de bupalino	Efetivo de rebanho de caprino	Efetivo de rebanho de codorna	Efetivo de rebanho de equino	Efetivo de rebanho de galináceo	Efetivo de rebanho de ovinos	Efetivo de rebanho de suíno
Araruama	42.739	600	200	2.000	5.200	58.000	2.700	700

Fonte: PPM- IBGE (2015)

A partir da tabela 9, é possível observar que o município de Araruama, em 2015, possuía 8 tipos de efetivos de rebanho: bovino, bupalino, caprino, codorna, equino, galináceo, ovinos e suínos, entre eles, os que mais se destacam são: bovinos com 42.739 cabeças e galináceos com 58.000 cabeças. Neste capítulo 2, caracterizamos a localização, histórico, a estrutura fundiária e produtiva do município. No capítulo 3, analisaremos a produção de laranja em Araruama e os fatores que possibilitaram a expansão desta fruta.

### **CAPÍTULO 3: A produção de laranja e a agricultura familiar no município de Araruama**

A citricultura envolve um grupo de plantas cítricas, como o limão tahiti, limas ácidas, tangerinas e laranjas entre outras espécies. Segundo Silva; Oliveira; Vieira (2018), a cultura da laranja é destacada por deter extrema relevância para a geração de empregos e renda. No ano de 2012, mais de 1.000 (mil) produtores se dedicavam ao cultivo de laranja no estado do Rio de Janeiro e tinham a cultura como principal fonte de renda.

No ano de 2010, o município de Araruama destacava como o principal produtor de laranjas do Estado do Rio de Janeiro, tendo 42,95% da participação municipal da produção anual em relação à produção de todo o estado. Todavia, entre os períodos de 2012 e 2016, ocorreu uma reconvenção do cenário produtivo, período em que o município de Tanguá, assumiu a liderança do mercado do Estado, passando a responder por mais de 42% da produção (SILVA; OLIVEIRA; VIEIRA, 2018).

**Tabela 10:** Participação da produção Anual dos municípios de Araruama, Rio Bonito e Tanguá- 2010 e 2016.

<b>Município</b>	<b>Produção anual (T)</b>	
	<b>2010</b>	<b>2016</b>
Araruama	42,95	24,46
Rio Bonito	12,74	19,47
Tanguá	29,00	42,75

**Fonte:** PESAGRO (2016) e Emater-Rio (2016)

A partir dos dados da PESAGRO e Emater-Rio expostos na tabela 10, o município de Tanguá passou a responder por mais de 42% da oferta estadual, superando em 74,81% o volume ofertado pelo município de Araruama.

É notório que o estado do Rio de Janeiro tem uma relevância histórica no que se relaciona a produção de cítricos, todavia, vem apresentando uma diminuição gradual da produção nos últimos anos.

**Tabela 11:** Área colhida de Laranja em Araruama, Rio Bonito e Tanguá, 2010 e 2016.

<b>Municípios</b>	<b>2010</b>	<b>2016</b>
Araruama	2.320 ha	1.454 ha
Rio Bonito	1.010 ha	1.459 ha
Tanguá	1.391 ha	2.839 ha

Fonte: PESAGRO (2016) Emater- Rio (2016)

Na tabela 11, é apresentado que, em 2010, Araruama era o município que possuía 2.320 hectares, maior área colhida entre os 3 principais produtores de laranja do estado à época. De acordo com os dados, Araruama foi o maior produtor, seguido do município de Tanguá, o qual possuía 1.391 ha. Todavia, em 2016, o município de Tanguá alcançou o primeiro lugar com 2.839 hectares com a cultura da laranja.

Na tabela 12, serão expostos os dados relacionados à área colhida de laranja de acordo com o IBGE, vale ressaltar que, há divergência entre os dados da Pesagro e da Emater Rio com os dados da PAM do IBGE.

**Tabela 12:** Área colhida de Laranja no município de Araruama

<b>Municípios</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2020</b>
Araruama	786 ha	1.950 ha	2.600 ha	1.454 ha	1.627 ha
Rio bonito	1.010 ha	832 ha	900 ha	900 ha	1.260 ha
Tanguá	610 ha	681 ha	681 ha	620 ha	1.330 ha

Fonte: PAM- IBGE (2010, 2014, 2015, 2016 e 2020)

Na tabela 12, a partir dos dados do IBGE, em 2010, a área colhida de laranja em Araruama estava abaixo de 1.000 hectares, tornando-se o segundo em área colhida no município, ficando atrás do município de Rio Bonito. Os dados da tabela 12 são o oposto apresentado pelos dados das tabelas 10 e 11, o qual apontavam Araruama como o município com a maior área colhida no município no ano de 2010. Os dados fornecidos pelo técnico entrevistado são corroborados pelos dados do IBGE, apontando uma queda a partir de 2010 e a retomada em 2014.

Ainda sobre os dados da tabela 12, percebemos que a partir do ano de 2014, a área colhida manteve-se acima da média de 1.000 hectares de laranja, sendo o ano que obteve a maior área colhida dos últimos 10 anos. Essa retomada coincide com o início da chegada da máquina de beneficiamento e meios de preparo do solo, que foi disponibilizada pelo município entre os anos de 2014 e 2015.

Torres (2020) constata a diminuição progressiva da área de colheita e produção entre 1989 e 2016.

No geral o estado do Rio de Janeiro saiu de uma produção de aproximadamente 499 mil toneladas de cítricos em 39 mil hectares de área plantada, em 1989, para uma produção de somente 94 mil toneladas colhidas em 6 mil hectares terras, em 2016. Uma redução de aproximadamente 81% da produção junto a 84% da área plantada (TORRES, 2020, p. 27).

Segundo Torres (2020), no que tange à área de plantio da laranja no estado entre 1989-2016, houve o estreitamento significativo, de pelo menos 89% da área destinada ao cultivo e colheita da área. Esse estreitamento ocorreu de forma que a área que outrora era de 35.036, em 2010, passou a ser 3.762. Araruama foi o município onde teve a maior força essa retração, uma vez que, em 1989 possuía 12.040 hectares, em 2016, possuía 1454. “Em 1989 Itaboraí (8.836 hectares) e Rio Bonito (6.889 hectares) ocupavam a segunda e a terceira posição, respectivamente. Já em 2016 os mesmos se alternam agora Rio Bonito (900 hectares)” (TORRES, 2020, p. 30). Podemos perceber que esses dados também ratificam os dados do Censo Agropecuário do IBGE.

No recorte temporal entre 1989-2016, a produção de laranjas apresentou intensa retração, com uma redução total entre 88% e 89%. E, ainda de acordo com o autor, a média da redução foi de 2, 65%. O ano que possuiu maior desempenho foi o de 1989, pois deteve uma produção superior a 401 mil toneladas, entretanto, no ano de 2016 houve uma reduçãodrástica, sendo o ano com o pior desempenho, possuindo apenas 46 mil toneladas. Veremos a drástica redução que ocorreu no setor produtivo da laranja no estado do Rio de Janeiro que ocorreu entre 1989 e 2016.

**Tabela 13:** Quantidade de laranja produzida em Araruama em toneladas no ano de 1989, 2000, 2010, 2016 e 2020.

<b>Município</b>	<b>1989</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>2016</b>	<b>2020</b>
<b>Araruama</b>	722.400	474.096	10.216	18.321	22.388

**Fonte:** Torres (2020) e Produção agrícola Municipal- IBGE. **Org:** Larissa Faria (2021)

Essas acentuadas reduções servem como comprovação do colapso da agricultura no estado do Rio de Janeiro (e refletindo no município de Araruama). Torres (2020) destaca que esse colapso decorre da chamada tendência de “desruralização” de algumas porções do estado. Mas ele aponta que essa desruralização vem sendo engendradas transformações das atividades produtivas de todo o estado do Rio de Janeiro. A retração geral da produção de Laranja no Estado expressa alterações do uso e ocupação do solo estadual (TORRES, 2020). Outrossim, ocorreu no município de Araruama, devido ao mau uso do solo e práticas agrícolas inadequadas, o solo foi ficando inadequado para a produção, o que fez com que a produção decaísse e o município perdesse expressividade na produção.

Segundo Portela (2015), inicialmente, no Estado do Rio de Janeiro, no período adjacente à proclamação da república, a produção de laranja ocorria ao redor da capital. Entretanto, esta produção foi se expandindo para as baixadas litorâneas, local onde se localiza o município de Araruama. Até a década de 1960, o Rio de Janeiro foi um dos principais produtores de citros do Brasil, após a década de 1980 a citricultura começou a apresentar sinais de declínio. Um dos fatores que provocaram esse declínio foi à expansão imobiliária que se irradiou para as áreas de plantio. E outros fatores como as pragas e as doenças também afetaram essa produção

Para entendermos melhor a produção de laranja no município de Araruama e a assistência prestada aos agricultores familiares, entrevistamos o técnico agrícola L., que atende os pequenos produtores no Galpão Agroindustrial (Figura 1 e 2), que fica localizado nasede do distrito de São Vicente, distrito rural do município de Araruama, tendo uma localização facilitada para os produtores, pois a maior parte dos produtores de laranja mora neste distrito.

Ao ser perguntado sobre as atividades que são desempenhadas no galpão agroindustrial (Galpão do produtor/ Casa do produtor), o técnico respondeu-me que no local são realizados os serviços de assistência técnica por ele, que é responsável pelas assistências

às atividades agrícolas, por outro técnico agrícola, responsável pela assistência técnica na área da pecuária, ficando incumbido da questão de vacinação e do rebanho no geral.

Como o entrevistado possui mais experiência na parte da citricultura, os produtores o procuram para solucionar problemas na plantação como pragas e doenças. Também foi relatada que no galpão é disponibilizada a máquina de beneficiamento dos citros gratuitamente (Figura 3), pois o produto sai do campo sujo, com fumagina e tantas outras coisas, assim, a máquina lava, escova (Figura 4), seca (Figura 5) e separa em vários tamanhos (Figura 6). Os frutos saem com tamanhos diferentes com classificações diferentes e, portanto, valores distintos, agregando valor ao produtor.

Vale salientar que quase a totalidade das laranjas produzidas no município é destinada à sua venda *in natura* e não para a produção de processados. O técnico agrícola comentou que isso para os pequenos produtores familiares é excelente, pois conseguem competir com os produtores das grandes fazendas que possuem esses equipamentos em sua propriedade. Até mesmo para competir com os produtores de outros estados como São Paulo e Minas. O Sr. L. ainda nos contou que a prefeitura possui um convênio com a Emater-Rio para combustível e outras despesas. Quando necessitam de um veterinário ou de um agrônomo eles recorrem à esta instituição de apoio à extensão.

Nessa entrevista, ele apontou os fatores que propiciaram essa produção tão expressiva de laranjas no município de Araruama, que seriam o clima, o solo e a aptidão dos produtores locais para essa cultura.

Na verdade, diminuiu muito a produção de laranja nas últimas décadas, pois o auge ocorreu nas décadas de 1980 e 1990, mas que foi diminuindo ao longo dos anos 2000. O entrevistado afirmou que os motivos dessa queda na produção se deram com o valor da mão de obra, motivos financeiros, aumento do preço de fertilizantes, o desgaste do solo pelo uso intensivo e predatório e a falta de perspectiva dos filhos em continuar na atividade agrícola. Todavia, o município já está em ascensão novamente. Também relatou a ocorrência de pragas, como: a careta, cvc, a carota leprosa, que somaram para o declínio da produção município e afetou diretamente as lavouras de laranja e os agricultores familiares.

**Figura 3:** Galpão Agroindustrial

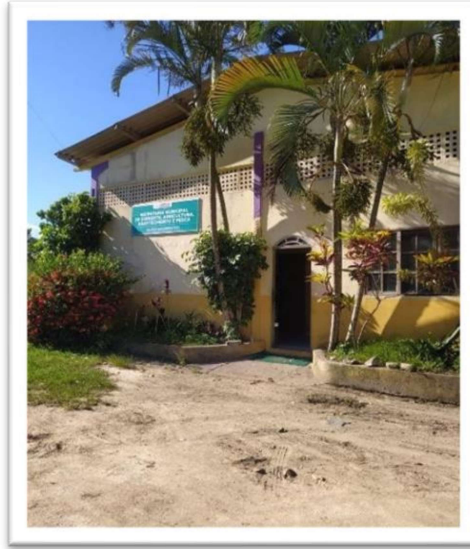


Foto: Larissa Faria (2022)

**Figura 4:** Máquina de beneficiamento de citros- processo onde o fruto é lavado e escovado.



Foto: Larissa Faria (2022)

**Figura 5:** Máquina de beneficiamento de Citros, processo de secagem do fruto



Foto: Larissa Faria (2022)

**Figura 6:** Máquina de beneficiamento- parte onde é realizada a separação do fruto



Foto: Larissa Faria (2022)



**Figura 7:** Laranjas que saíram da máquina de beneficiamento.



Foto: Larissa Faria (2022)

Nesta entrevista, o Sr. L. respondeu um pouco sobre a relação dele com os pequenos produtores de Araruama, afirmou que, em alguns casos, notam-se resistência por parte de alguns produtores em seguir a orientação, pois muitas vezes divergem dos conhecimentos tradicionais. Mas afirma que com o passar do tempo, conseguiu conquistar a confiança da maioria. De acordo com o técnico agrícola, não há uma cooperativa específica para os produtores da citricultura, o mesmo alega que já tentou algumas vezes, mas nunca conseguiu levar a diante por não haver um interesse coletivo dos produtores. Não obstante, no município há a COOPAFO - Cooperativa de pescadores e agricultores familiares organizados. A COOPAFO é uma cooperativa fundada no município de Araruama, possuindo o intuito de fortalecer a agricultura familiar local e incentiva políticas agrícolas e desenvolvimento. Essa cooperativa foi criada em parceria com a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - e a organização das cooperativas brasileiras, promovendo assistência técnica e rural aos produtores.

Mesmo com a retomada da produção na cidade e certo indicativo de aumento dos fomentos fornecidos, os dados do IBGE (2017), revela que a assistência técnica para os agricultores familiares ainda é muito restrita no município, dos 391 estabelecimentos de agricultura familiar, apenas 51 recebem assistência técnica, e desses que recebem assistência

técnica apenas 39 recebem essa assistência por parte do governo, ou seja, apenas 10% dos estabelecimentos.

### **3.1 A comercialização da laranja produzida em Araruama**

A comercialização é a etapa do processo produtivo onde os agricultores familiares escoam suas mercadorias e obtém o retorno financeiro. Mediante a isso, os agricultores buscam aumentar a renda, melhorar a qualidade de vida e obter retorno financeiro se obtiverem bom desfecho no processo de comercialização. Por este motivo, há imprescindibilidade de gerar meios para que o produtor consiga o acesso ao mercado e esteja equiparado para a competitividade. Sepulcri e Trento (2010) pontuam sobre esta questão.

Os agricultores familiares (AF) só conseguem realizar os seus objetivos de melhoria de qualidade de vida se tiverem sucesso na comercialização de seus produtos e serviços e, com esse resultado monetário, adquirirem os bens de que necessitam. Individualmente, os agricultores, com relativa facilidade, produzem bem, porém na hora de enfrentar o mercado, não possuem poder de competitividade, em função do baixo poder de compra e venda, baixas quantidades ofertadas e de insumos adquiridos frente ao poder de mercado, pela concentração dos compradores e vendedores. O acesso ao mercado e a comercialização dos produtos agrícolas da AF constitui um dos principais gargalos dessa categoria de produtores (SEPULCRI, TRENTO, 2010, p. 10).

De acordo com Sepulcri e Trento (2010) para selecionar um mecanismo de comercialização, é necessário analisar as ações e as estratégias produtivas que irão se adequar à pequena escala, ao tipo de qualificação de trabalho e as relações as quais serão estabelecidas com os fornecedores e clientes. É primordial adquirir a percepção de que “o processo de comercialização tem início com a produção, mas não se limita a isso, passando pelo beneficiamento, embalagem, compra, venda e atividades de logística” (SEPULCRI; TRENTO, 2010, p. 1).

Para este processo de comercialização, a produção deve possuir volume, qualidade, diversidade e regularidade de oferta. E neste quesito, faz-se necessário que os atores envolvidos neste processo compreendam como estão estruturadas as cadeias produtivas de seu negócio, identificar a opção de mercado mais apropriada para o produto da cadeia produtiva que se comercializa (SEPULCRI; TRENTO, 2010).

Ao iniciar o estudo de comercialização de qualquer produto, o primeiro passo é analisar a cadeia produtiva em que ele está inserido, quais os agentes atores da cadeia, como interagem entre si, as forças competitivas desses

agentes e como está estruturada a sua governança. Cada produto percorre um circuito específico na cadeia produtiva, conforme as suas características, os mecanismos de regulação de mercado e as especificidades dos agentes, não podendo ser generalizado.

Como foi apresentado por Sepulcri e Trento (2018), ao realizar a análise sobre a cadeia produtiva, é primordial para a realização do processo de comercialização. É por meio desta análise que se consegue entender o meio de transporte e logística ideal para aquela cadeia produtiva.

A cadeia produtiva é um sistema da logística que se define por um conjunto de etapas interligadas e dependentes entre si fazendo com que o insumo chegue até o consumidor final. Temos como exemplos de seus processos o insumo, agropecuária, indústria, armazenagem e distribuição, consumo e reciclagem. A cadeia produtiva da laranja começa no plantio, indicado para se realizar no início da estação chuvosa. O solo deve ser o areno argiloso e o clima deve ser tropical e ameno. Para fazer a colheita, é necessário que espere as laranjas ficarem maduras para arrancar das árvores. Após essa etapa, vem o transporte, onde as laranjas são alocadas em caminhões de cargas, que apresentam a carroceria aberta, e transportadas até as indústrias, o fruto deve ser levado no menor tempo possível para que não perca o seu frescor e chegue em boa qualidade. É preciso se atentar à carga máxima permitida pelo Código de Trânsito, de 14 toneladas (GOMES; SOARES; PASSOS; CRUZ; APARECIDA, 2020, p. S.I)

Em relação à comercialização desses produtos, estas podem acontecer por meio de canais institucionais, feiras e centrais de abastecimento. Tem-se como exemplo de canais institucionais o PAA E PNAE. O PAA (Programa de Aquisição de Alimento) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) são exemplos de políticas públicas empregadas à agricultura familiar. O PNAE (lei n.11.947/2009) prevê que ao menos 30% das compras alimentícias escolares sejam adquiridas junto à agricultura familiar. O PAA visa, por meio de chamada pública, adquirir alimentos produzidos por agricultores familiares e promover a segurança alimentar, pois, a agricultura familiar é grande responsável pela segurança alimentar no país.

Na chamada pública do PNAE, a prefeitura de Araruama apresentou que a lei n.11.947/2009, 30% das compras alimentícias escolares serão provenientes de agricultura familiar. Ainda de acordo com a chamada pública, o programa contará com 19 gêneros alimentícios, que são, abobora madura, abobrinha, aipim, banana prata, batata doce, cenoura, chuchu extra, couve mineira, farinha de mandioca, laranja, manga, mel de abelha, pão de

batata doce, pão de cenoura, pimentão, repolho branco, tangerina pokan, tempero colorífico e tomate. No quesito de amparo financeiro total do programa, são destinados R\$ 724.317,16 (setecentos e vinte e quatro mil, trezentos e dezessete reais e dezesseis centavos) do orçamento municipal para PNAE. Já especificamente sobre a laranja, são destinadas no total R\$100.155,00 (Cem mil, cento e cinquenta e cinco reais), no valor unitário da laranja são 3,80(três reais e oitenta centavos). Não há chamada pública para o PAA no município de Araruama.

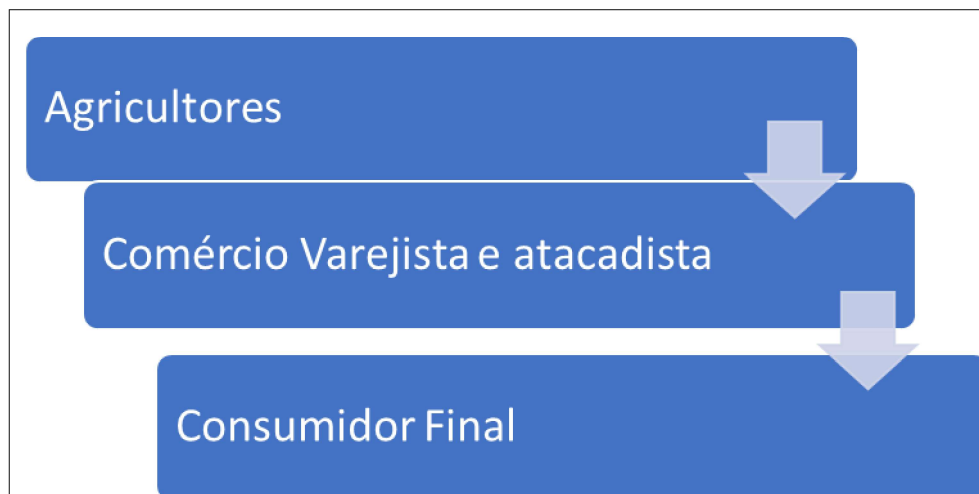
Conforme é apresentado por Silva *et. al* (2018) do total de laranjas produzidas pelo Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2010, 15,6% foram comercializados na CEASA Grande Rio, em 2012, 7,54%; em, 2014, 8,01%; e, no ano de 2016, 13,03%. De acordo com os dados da PROHORT (2022), o preço médio da laranja no Ceasa é de R\$ 2,00 pelo kg no estado do Rio de Janeiro em 2022. Para consultar as informações sobre a quantidade de laranjas de Araruama são destinadas ao CEASAS do Brasil, por meio dos dados do PROHORT- Conab. Entretanto, nos dados pelo boletim hortigranjeiro fornecidos só mostram o ranking dos 20 municípios que destinam as maiores quantidades de laranja ao CONAB. Mediante aos dados analisados, podemos afirmar que os produtores de laranja que comercializam seu produto no CEASA, recebem em média 2,0 por kg de laranja. E outra afirmação que podemos apresentar é a que Araruama destina uma quantidade inferior a 9.033.510 kg (número destinado pelo vigésimo colocado do ranking de laranja para o CEASA, o município de Sete Barras-SP).

Grande parte dos produtos agropecuários é destinada aos canais de comercialização tradicionais do município, como: o mercado municipal, localizado no centro de Araruama, na rua prefeito Mário Alves, funciona todos os dias da semana de 08 às 18 h a feira livre de Araruama, está localizada no centro de Araruama, na rua Gomes de Matos, funciona somente aos sábados de 06h às 17 h; e a feira da agricultura familiar, localizada no centro de Araruama, no chamado calçadão do Itaú. O que distingue essas duas feiras é o público alvo. A feira da agricultura familiar faz parte do projeto quarta é feira (que será apresentado no capítulo 4), sendo destinada exclusivamente para os agricultores familiares. Já a feira livre é para todos os feirantes que desejem realizar a inscrição. E, no ano de 2016, Araruama entrou para o circuito carioca de feiras orgânicas, o circuito é organizado pela prefeitura do Rio de Janeiro onde são comercializados produtos orgânicos, produzidos sem a presença de agrotóxicos. Os produtos orgânicos comercializados na referida feira, são cultivados em diversos municípios do estado do Rio de Janeiro, incluindo o município de Araruama. Sendo um canal de comercialização, onde agricultores familiares podem vender as laranjas e outros produtos orgânicos diretamente com o consumidor.

Carvalho; Costa (2011) *apud* Silva *et.al* (2018) descrevem o processo de comercialização de produtos agropecuários, sintetizado, também, no organograma 1.

O processo de comercialização, dentre as várias atividades que envolvem a produção agrícola, é o de maior complexidade. De acordo com Carvalho e Costa (2011), é o momento da transformação. É quando a produção se transforma em mercadoria, passando pela integração de mercados, pela apropriação da produção, pela imposição de metas que visam à quantificação e à qualificação dos produtos enviados ao mercado, além da formação das cadeias, redes e arranjos produtivos (SILVA; OLIVEIRA; VIEIRA, 2018, p.14).

**Organograma 1:** Esquemas de comercialização da laranja



**Org:** Larissa Faria (2022)

No organograma 1 está sendo representado um esquema de comercialização por meio de cadeia com a presença de intermediários, ou seja, os agricultores produzem e realizam a colheita da laranja na sua propriedade, vendem para os intermediários, como feirantes, mercados do município e comércio dos municípios vizinhos (como veremos no fim do capítulo, tornou-se um potencial mercado consumidor das laranjas produzidas em Araruama) até chegar ao consumidor final.

Já a comercialização por meio de cadeia curta é realizada diretamente pelo agricultor junto ao consumidor final (GAZOLLA, 2012). Um exemplo dessa comercialização por meio de cadeia curta em Araruama é a denominada “Quarta é feira”, uma feira criada para os agricultores comercializarem seus produtos, para o agricultor participar é necessária a inscrição por meio da Secretaria de Agricultura do município. A feira foi criada no ano de

2021, tendo 16 feirantes, os quais além de feirantes, também são agricultores familiares. Como é exposta por Gazolla (2012), essa forma de comercialização pode ser conceituada como mercado direto, pois, a feira é um meio para os agricultores familiares escoarem suas mercadorias de forma direta, sem a necessidade de intermediários, comercializando diretamente com o consumidor.

No processo de produção e comercialização das laranjas, são envolvidas inúmeras práticas espaciais. Segundo Correa (2007), os processos espaciais podem ser descritos como um conjunto de forças que atuam ao longo do tempo, tornando viáveis localizações, realocações e a permanência de atividades no espaço de uma cidade. Esses processos são realizados pelos agentes sociais que participam da produção do espaço, reorganizando movimentos de massas os quais envolvem uma sequência sistemática e regular de ações em um determinado período. As práticas espaciais retratam um conjunto de forças atuando ações espacialmente localizadas, geradas por agentes sociais concretos, os quais buscam objetivar seus projetos específicos.

Como vimos neste capítulo, nos processos espaciais existem inúmeras forças que influenciam na localização, realocação e permanências dessas atividades. No processo de produção da laranja não é diferente, há influência de um conjunto de forças que podem ser descritas como: políticas e estratégias governamentais, clima, solo e disposição adquirida por esses produtores para essa atividade e as estratégias de comercialização. Então, esses conjuntos de forças atuaram tornando viável a produção de laranjas principalmente no distrito de São Vicente. As estratégias e persistências dos agricultores familiares é um importante conjunto de forças atuante na permanência da atividade na cidade. Mesmo que no início da década passada os agricultores familiares produtores de laranja enfrentaram inúmeras dificuldades, como: falta de incentivos locais voltados para a agricultura familiar e a produção de laranjas, pragas e doenças nas lavouras ( careta, carota leprosa e CVC) e falta de orientação e assistência para lidar com os problemas emergentes na lavoura (ainda hoje a assistência técnica é muito restrita na cidade), o que refletiu no declínio da produção de laranja em Araruama.

Na comercialização percebemos inúmeros processos espaciais que envolve o contratual, mercadologia, propaganda, estabelecimento de preços e a distribuição física e terminação (SILVA; OLIVEIRA; VIEIRA, 2018). O processo de contatar envolve a ação de encontrar compradores e vendedores para seu produto, podemos exemplificar da seguinte forma, onde os produtores podem encontrar compradores na chamada cadeia curta, onde a venda pode ser realizada na casa do produtor ou em feiras, ou vendedores intermediários, para

vender em mercados, centrais de abastecimento e etc. No processo de mercadologia é onde se tem a seleção e o preparo do produto, esta seria a etapa do uso da máquina de beneficiamento, com a lavagem escovação e separação do produto. A partir dessa etapa ter-se-ia o estabelecimento de preços da sua produção e, para finalizar, ocorreria a distribuição física, envolvendo o transporte e armazenamento do produto, e terminação seria o momento da troca (SILVA; OLIVEIRA; VIEIRA, 2018).

Para a realização da análise proposta neste trabalho é importante compreender as questões que envolvem o território e as territorialidades. É essencial identificar os atores sociais e a forma que os mesmos constroem o território, se é como um abrigo ou pelo controle de domínio que envolve interesse nos recursos, que é o caso das empresas e muitas das vezes do estado, esses dois agentes podem agir de forma conjunta para se beneficiarem. Vale apresentar a argumentação de Silveira (2011), ao afirmar que o território usado é um quadro de vida, o qual é híbrido da materialidade e vida social. Ele é transformado com técnicas, normas e para concretar o possível, exercita novas ações.

No que se relaciona à produção de laranjas no município o técnico L. afirmou que uma pequena porcentagem é destinada para canais institucionais, como PNAE. A COOPAFO, que se localiza no distrito Morro Grande, é a responsável por captar esses produtos e encaminhar para as escolas do município de Araruama. Mas, reitera que isso representa uma pequena parte do escoamento da produção.

Antigamente na região dos lagos durante a alta temporada (meses de dezembro, janeiro e fevereiro) se vendia bastante frutas e na baixa temporada não se vendia quase nada. Isso fazia com que os produtores precisassem escoar quase toda a sua mercadoria para o CEASA-Rio (Centrais de abastecimento S.A). Atualmente, a produção local é consumida na própria região, garantindo um bom mercado consumidor. A comercialização mudou muito nos últimos anos, segundo o técnico responsável, pois os feirantes compram muito os produtos dos agricultores locais, sobretudo as laranjas. Em alguns casos, os comerciantes vêm buscar as mercadorias nos estabelecimentos rurais, em outras situações, o produtor vai levar até a feira e, em alguns casos, o produtor também é feirante.

Para ratificarmos a situação que nos foi relatada, buscamos dados do IBGE, que estão presentes nas tabelas 14 e 15.

**Tabela 14:** Área destinada a colheita de Laranja em Araruama e municípios próximos.

<b>Municípios</b>	<b>Área colhida de Laranja em há em 2020</b>
Araruama	1.627
Armação dos Búzios	-
Cabo Frio	7
Iguaba	4
Saquarema	15
São Pedro da Aldeia.	7
Silva Jardim	129

**Fonte:** Produção agrícola municipal (2020)

**Tabela 15:** Percentual do valor da produção de laranja em relação à produção total das lavouras de Araruama- RJ.

<b>Município</b>	<b>Valor da produção-percentual das lavouras de laranjas em 2010</b>	<b>Valor da produção total de lavouras temporárias e permanentes em 2010.</b>
Araruama	35,94%	51,53%

**Fonte:** Produção Agrícola Municipal (2020)

Como vimos em relação aos municípios vizinhos, Araruama destaca-se muito no quesito de produção de laranja, possuindo mais de 1.000 hectares destinados para a produção de laranja, enquanto a maioria dos municípios ao redor possui menos de 50 hectares, exceto Silva Jardim (município que não pertence à região dos lagos, mas faz divisa com Araruama).

Podemos perceber que o município de Araruama possui uma produção muito expressiva e por possuir proximidade com os demais municípios retratados, facilita o escoamento para essas áreas. Desta forma, vemos que as laranja produzidas no município são destinadas para mercados e feiras locais, como mercado municipal, a feira livre da cidade e a feira do agricultor familiar. Ou seja, é destinada para o atendimento da demanda interna do



município. Outrossim, de acordo com os dados expostos na tabela 15, Araruama também possui a relação de comercialização com os municípios vizinhos, por ser um município com expressividade na produção e possuir proximidade com estes municípios.

Neste capítulo foram apresentadas questões ao redor da produção de laranja em Araruama com o objetivo de explicitar as práticas e processos espaciais que envolvem o processo produtivo, a comercialização das laranjas e os principais canais de comercialização deste produto no município de Araruama.

No capítulo 4, discutiremos sobre as políticas públicas voltadas para o setor agropecuário, por meio dos debates voltados para a temática das políticas públicas, dados secundários, entrevistas e reportagens. A partir destes dados, apresentaremos como o município de Araruama busca tais políticas para retornar ao auge da produção de laranja no contexto atual.

## Capítulo 4: Políticas Públicas voltadas à agricultura no município de Araruama

Neste capítulo, iremos discutir o conceito de políticas públicas e àquelas direcionadas para o campo. Apresentaremos como as políticas públicas estão presentes no município de Araruama, principalmente no que tange à agricultura familiar e à produção de citros e, por fim, as contribuições dessas políticas para retornar a expansão da produção de laranja em Araruama.

Nas últimas décadas, os debates sobre o campo das políticas públicas se reanimaram, a autora Souza (2003) pontua sobre o motivo, ela afirma que os fatores que proporcionaram uma visibilidade maior para vários aspectos proporcionaram uma maior visibilidade para as políticas públicas, econômicas e sociais, como, por exemplo, a decisão de alguns países em adotar políticas de gastos de caráter restritivo. E também novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gasto (SOUZA, 2003).

O cerne das políticas públicas localiza-se na natureza destas e seus processos. E conforme é apresentado por Souza (2003), para que haja uma teoria geral que se refira à política pública, faz-se necessário uma síntese das teorias construídas no campo da sociologia, ciência política e economia. Os reflexos das políticas públicas são sentidos na sociedade e na economia. Para tanto, explica-se o motivo do qual as políticas públicas devem compreender as relações que são engendradas entre Estado, política, economia e sociedade (SOUZA, 2003).

Souza (2003) pontua que, pela característica interdisciplinar - economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – há interesse de pesquisadores nos estudos sobre políticas públicas. A autora expõe uma definição para as políticas públicas, como um conjunto de medidas ou regras, as quais são utilizadas para buscar a resolução de questões de caráter público. Segundo Melo (1999) citado por Faria (2003), mesmo com “boom” de trabalho sobre políticas públicas no Brasil nas últimas décadas, o campo de estudo sobre as políticas públicas no Brasil ainda é incipiente, revelando que a produção brasileira evidencia que os processos de implementação padecem de uma análise mais sistemática. As políticas públicas (policies), por sua vez, são *outputs*,

resultantes das atividades política (*politics*): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores (RUA, 1997, p. 1).

As políticas públicas são extremamente relevantes para o recorte espacial de Araruama, inclusive no que tange a agricultura familiar e a produção de laranja no município, visto que a produção de laranja passou por um declínio no município, devido ao desgaste do solo, pragas e doenças. A situação anteriormente citada somada à falta de incentivos, desencadeou o abandono destas lavouras. Atualmente, a produção está passando por um processo de “revitalização”. Diante desse panorama, podemos perceber que as políticas públicas e a assistência técnica para esse setor podem buscar solucionar os impedimentos para o desenvolvimento do setor e do segmento.

#### **4.1 Políticas Públicas e agricultura no Brasil**

No Brasil, nos últimos 50 anos, o setor agropecuário passou por inúmeras mudanças que se relaciona à produção, competitividade e comercialização. Essas transformações foram fomentadas pela modernização da agricultura, abertura comercial e reestruturação produtiva.

Nos últimos 50 anos, o Brasil deixou de ser um país agroexportador, diversificando sua pauta produtiva e elevando a participação da transformação industrial. Contudo, houve, simultaneamente, uma modernização da produção agropecuária, colocando o Brasil como agente central no cenário internacional. As estimativas da participação do agronegócio na economia brasileira variam de 15%, num sentido mais estrito, até 45%, englobando toda a organização da atividade agrícola.<sup>1</sup> No que se refere ao planejamento estratégico de desenvolvimento nacional, a produção agropecuária relaciona-se a três grandes temáticas – segurança alimentar, matriz energética e sustentabilidade ambiental – que se inserem no debate do crescimento sustentável (FILHO, 2012, p. 111).

Como é apresentado por Junqueira e Lima (2008), devido as particularidades engendradas no setor agropecuário e as adversidades enfrentadas pela categoria da agricultura familiar, faz-se notório a necessidade de políticas públicas específicas para essa categoria, as quais viabilizem meios para a permanência desses produtores familiares no campo, evitando a ocorrência de êxodo rural. As políticas públicas, no geral, visam elaborar procedimentos que buscam mecanismos para resolução de conflitos sociais. Ao analisar o cenário da produção agrícola familiar no país, é possível observar que as dificuldades enfrentadas por estes atores. As referidas dificuldades são: baixa capitalização, acesso à linhas de crédito oficiais, acesso à

tecnologia, disparidade produtiva inter-regional, acesso à assistência técnica à produção rural, e acesso aos mercados modernos (JUNQUEIRA; LIMA, 2008). Diante da situação exposta, a base das políticas públicas voltadas para o setor agropecuário necessita implementar instrumentos que atendam à essas demandas especificadas.

Os problemas enfrentados pela agricultura familiar no Brasil e as especificidades do setor requerem políticas públicas pertinentes, que viabilizem estes pequenos empreendimentos produtivos, promovam a fixação do produtor rural no campo – evitando novos fluxos de êxodo rural – e contribuam para o desenvolvimento regional. A partir da identificação das necessidades específicas do setor de produção familiar compõe-se a base de um projeto nacional de desenvolvimento para este segmento rural brasileiro, e pôde-se implementar uma política pública que objetiva o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Esta política está amparada na Lei nº 11.326, de 24/07/2006, que estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares (JUNQUEIRA; LIMA, 2008, p. 162)

Devem estar voltadas para a resolução da baixa capitalização, acesso a linhas de crédito oficiais, acesso à tecnologia, disparidade produtiva inter-regional, acesso à assistência técnica à produção rural, e acesso aos mercados (JUNQUEIRA, 2008).

Historicamente, a agricultura familiar perpassou o processo de marginalização de sua produção e trabalho. Sendo uma consequência da herança do período colonial do país e também pelo processo da modernização da agricultura, de forma mais intensa no período 1950 e 1960, ocorrendo de maneira desigual e afetando a agricultura familiar (AQUINO; SCHNEIDER, 2015). Esse processo de modernização desigual tem como produto à formulação de uma estrutura agrária desigual (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

No período corrente à redemocratização brasileira, na década de 1980, houve a intensificação das reivindicações dos movimentos sociais rurais, dispendo o objetivo de reparar os efeitos prejudiciais conseguintes à política econômica aplicada durante a ditadura militar. O reconhecimento dessas demandas dos movimentos sociais ocorreu após a Constituição de 1988 e depois com o afastamento do presidente Fernando Collor de Mello. Então em 1996, é criado o PRONAF, surgindo com a missão substancial de combater as desigualdades as quais revelavam as políticas estatais que portavam o intuito de estimular transformações na base técnica da agricultura nacional (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

O processo de redemocratização, a emergência de espaços de participação e de concertação social, a afirmação pública de categorias sociais, a

proeminência de temas e questões políticas e a própria criação de políticas diferenciadas de desenvolvimento rural, dentre outros fatores, possibilitaram a manifestação, a visibilidade, a (re)criação e a participação de novos atores sociais nos espaços públicos e na construção das políticas públicas (GRISA, 2012, p. 246).

Segundo o Aquino e Schneider (2015), o PRONAF surge como um instrumento governamental apto para ampliar oportunidade de investimento dos agricultores familiares, “para que eles possam concretizar seus projetos produtivos, gerar renda, e, com isso, melhorar suas condições de vida nas áreas rurais” (AQUINO; SCHNEIDER, 2015, p.54).

Além do PRONAF foram elaborados programas pelo governo federal, como: Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, coordenado nacionalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento- CONAB. O PAA, considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, constitui um mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura (MATTEI, 2015).

Iremos apresentar cinco políticas públicas direcionadas ao espaço rural e a agricultura: Pronaf, PAA e PNAE, Revita citros e projeto quarta é feira, lembrando que estas políticas públicas apresentam escalas e instâncias diferentes, porém, possuem características comuns, que são: prover assistências técnica, profissionalizar os produtores rurais e disponibilizar recursos para a otimização da produção agropecuária (JUNQUEIRA, 2008).

Em suma, como foi retratado no capítulo 1, o PRONAF promove meios para fortalecer a agricultura familiar, propiciando uma maior acessibilidade aos recursos de produção. À luz do exposto, faz-se necessário apresentarmos o cenário desse no Município de Araruama.

Na tabela 16, iremos expor o número de DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), esta declaração reconhece os agricultores familiares como aptos para que possam participar do programa.

**Tabela 16:** Número de estabelecimentos agropecuários com DAP no Brasil e no município de Araruama em 2017

<b>Recorte Espacial</b>	<b>Número total de estabelecimentos de Agricultura familiar</b>	<b>Número de Estabelecimentos de Agricultura Familiar com DAP</b>
<b>Brasil</b>	3.611.932	1.379.561
<b>Araruama, RJ.</b>	391	6

**Fonte:** Censo agropecuário de 2017 (IBGE)

De acordo com o que vimos na tabela 16, o número de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), é extremamente baixo no município de Araruama, revelando que grande parte dos produtores da região fica as margens desta política. Dos 391 estabelecimentos agropecuários familiares existentes, em 2017, apenas 6 possuíam a DAP, ou seja, apenas um pouco mais 1,0% deles possuíam o DAP. Vale salientar que há um desencontro entre os dados do Censo e as informações observadas e obtidas durante o trabalho de campo, uma vez que muitos produtores afirmaram que faziam uso do PRONAF. Para analisar mais sobre a abrangência dessa política pública, realizamos entrevistas com o técnico agropecuário e com uma agricultora familiar, entrevistas que serão expostas durante o capítulo.

Outro programa que podemos apresentar é o PAA, que propõe uma contribuição para a segurança alimentar e nutricional dos produtores e das camadas sociais mais carecidas da população, como: “os atendidos pelas entidades da rede socioambiental, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos, que recebem produtos da agricultura familiar pela modalidade Doação Direta do PAA” (CAMARGO; BACCARIN; SILVA, 2013, s.p.). A construção de mercados institucionais passou a ser debate nas agendas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural desde a elaboração do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003. Diante disso, os movimentos sociais rurais e as organizações da sociedade passaram a executar o programa, reivindicando uma maior amplitude do programa e seu aperfeiçoamento e a elaboração de novas estratégias.

Muitos gestores públicos (localizados em diferentes escalas da administração pública) também se empenharam na implementação do programa, e na construção de espaços públicos de participação que contribuíram para monitorar e aperfeiçoar seus mecanismos. E nos estudos rurais, o PAA e os mercados institucionais passaram a ser tema recorrente, envolvendo a realização de diversas dissertações, teses e projetos de pesquisa, em função da relevância conquistada na última década (GRISA; PORTO, 2015, p. 155)

De acordo com Grisa e Porto (2015), em linhas gerais, a Política de Aquisição de Alimentos (PAA), realiza a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar e a doação para restaurantes populares, entidades públicas e famílias em situação de vulnerabilidade. Essa questão provocou interesse em associar em um único programa um incentivo a comercializar dos produtos da agricultura familiar e ações de segurança alimentar e nutricional (GRISA; PORTO, 2015, p. 155).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentado pela Lei 11.947 de 2009, fica determinado que as compras de merenda escolar feitas por parte do município e do estado devam ter pelo menos 30% dos produtos provenientes da agricultura familiar. “Nasceram como programas intersetoriais que, entre outros objetivos, buscam efetivar e operacionalizar a necessária associação da produção familiar local e o consumo de alimentos em quantidade e qualidade compatíveis com o conceito de segurança alimentar” (CAMARGO; BACCARIN; SILVA, 2013, p. S.I.).

Como é apresentado por Camargo, Baccarin e Silva (2013), mediante a legislação é determinado que 30% da alimentação escolar sejam provenientes de agricultura familiar, contudo, existem fatores como o desinteresse e falta de conhecimento dos gestores públicos, fazem com que, em alguns casos, a lei não seja cumprida. E, em outros casos, os municípios que até 100% dos recursos são provenientes da agricultura familiar.

No município de Araruama houve a publicação da lei para o cumprimento da legislação, a qual indica os 30%. Houve o chamamento público realizado pela prefeitura de Araruama no ano de 2019.

O Município de Araruama – RJ, no uso de suas prerrogativas legais e, considerando o disposto no art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e art. 20 da Resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando CHAMADA PÚBLICA nº002/2019 para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar (Lei nº 11.947/2009), para suprir a merenda escolar, para o exercício de 2019, visando atender às unidades escolares da rede municipal de ensino. Os interessados deverão apresentar os envelopes de Habilitação e de Proposta de Preços (Projeto de Venda) em até 21 dias após a data de publicação deste chamamento na sala da Comissão Permanente de Licitação (COMLI), situado a Av. John Kennedy, 120 – Centro – Araruama – RJ.” (PREFEITURA DE ARARUAMA, 2019)

Para participar do programa no município, há alguns requisitos a serem cumpridos pelos agricultores, como: serem fornecedores individuais detentores de DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) Pessoa física, Grupos formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica), os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de DAP Física, não organizados Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e os Fornecedores Individuais, detentores de DAP Física, não organizados em grupo. Todos esses requisitos seguem os parâmetros da lei da

Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006 e resolução nº 26, de 17 de Junho de 2013 (PREFEITURA DE ARARUAMA, 2019).

Os programas mencionados acima apresentam extrema relevância para a produção familiar de citros, uma vez que promovem incentivos e fornecem meios para fomentar a produção de diversos produtos de agricultura familiar, inclusive, os citros. E também fornecem meios para a comercialização desses produtos, incluindo os agricultores familiares no mercado (que se encontra, cada vez mais, competitivo).

Nos últimos anos o município de Araruama vem fortalecendo programas voltados para a agricultura familiar, como exemplo, o *Programa Revita Citros e Quarta é feira*. O programa Revita citros foi iniciado no ano de 2019 e o Quarta é feira começou a funcionar no ano de 2021.

O programa Revita Citros foi elaborado para recuperar a produção de laranjas (e outras espécies de citros) no município, uma vez que, como foi descrito no capítulo 2, o município perpassou por um declínio considerável na produção de citros, perdendo o posto de maior produtor de laranjas do estado. De encontro a esta situação, foram elaboradas estratégias pelo poder local para incentivar a produção nos estabelecimentos familiares, pois a produção passou a ser vista por muitos agricultores como algo custoso, já que os meios para o cultivo do fruto foram se tornando muito caros, faltava incentivo e, por fim, houve o aumento da competitividade com outras regiões produtoras.

Diante de todo esse cenário supracitado, os produtores foram abandonando suas lavouras. Em 2019, o poder local traçando estratégias para “revitalizar” a produção de laranjas no município, fomentou o projeto **Revita Citros**, que visa tornar ainda mais expressiva a produção de citros em Araruama, por meio da doação de mudas na sede da secretaria da agricultura, acompanhamento, análise de solo e acesso à máquina de separação e limpeza de citros instalada recentemente no Galpão Agroindustrial.

É uma estratégia para que os produtores possam se dedicar a esta atividade. A seguir inserimos uma reportagem da Prefeitura Municipal de Araruama descrevendo o programa e apresentando sua intencionalidade.

Os pequenos produtores receberam também um cartão para que a Secretaria de Agricultura possa acompanhar o desenvolvimento dos plantios. A expectativa é de que daqui há 5 anos essas mudas resultem na colheita de 500 toneladas de Citros. A ação faz parte do Projeto Revita Citros, que tem o objetivo de estimular o



cultivo de frutas cítricas no município. Ao todo já foram doadas 24 mil mudas, por meio do projeto, para agricultores da Região. São estímulos como esse que mantém Araruama como o maior produtor de citros do Estado. Só em 2019 foram produzidas 25 mil toneladas de laranja, 6 mil de limão e quase 3 mil de tangerina. A cerimônia aconteceu no Galpão Agroindustrial, que fica no Distrito de São Vicente, e para evitar aglomeração, foi transmitida ao vivo através do Facebook da Prefeitura. Os pequenos produtores receberam também um cartão para que a Secretaria de Agricultura possa acompanhar o desenvolvimento dos plantios. A expectativa é de que daqui há 5 anos essas mudas resultem na colheita de

500 toneladas de Citros. A ação faz parte do Projeto Revita Citros, que tem o objetivo de estimular o cultivo de frutas cítricas no município. Ao todo já foram doadas 24 mil mudas, por meio do projeto, para agricultores da Região. São estímulos como esse que mantém Araruama como o maior produtor de citros do Estado. Só em 2019 foram produzidas 25 mil toneladas de laranja, 6 mil de limão e quase 3 mil de tangerina. Vale ressaltar que, além das mudas, os produtores também contam com o acompanhamento e análise de solo feito pela Secretaria de Agricultura e acesso à máquina de separação e limpeza de citros, instalada recentemente no Galpão Agroindustrial, e que eleva a qualidade e o valor das frutas no mercado (PREFEITURA DE ARARUAMA, 2021).

Segundo o técnico agrícola do município de Araruama, Sr. L., por meio do Programa Revita Citros, houve a doação de aproximadamente 30 mil mudas de citros no período entre 2019 a 2021 para os agricultores familiares. A doação de mudas é realizada na sede da secretária da agricultura mediante um cadastro feito pelos agricultores. O técnico afirmou que a secretaria vem desenvolvendo muitos programas de incentivo para a agricultura familiar como um todo, além das questões anteriormente citadas, como o uso de maquinários para a realização do preparo do solo para o cultivo etc.

A secretaria municipal de agricultura oferece transporte para levar as mercadorias dos produtores para a feira do agricultor familiar (um programa oferecido pela secretária), busca na propriedade e transporta até o local da feira, que está localizada no centro da cidade Araruama. Ao ser indagado sobre o número de produtores que são beneficiados pelos programas oferecidos pela secretária, ele informou que é uma média entre 350 a 400 produtores beneficiados anualmente. Ainda nesta entrevista, o Sr. L. mencionou que grande parte dos produtores que ele atende no galpão, além das políticas públicas estaduais, também está incluído nas políticas públicas de esfera nacional (PRONAF) e que eles orientam sobre as políticas públicas que os mesmos têm direito, para que não deixem de usufruir das mesmas por não receberem as devidas orientações.

Segundo o entrevistado nos últimos anos houve maior adesão e participação de agricultores atendidos pelo PRONAF no município de Araruama, instalando quatro centros comunitários, estufas para a produção de mudas, aquisição de um caminhão para o escoamento da produção, uma pulverizadora moderna para prestar a assistência na produção de citros, contribuindo para a revitalização da produção de laranjas no município.

É importante mencionar que tivemos uma explanação a partir da ótica do técnico da prefeitura e, portanto, novos olhares devem ser considerados. Diante da impossibilidade de realizar o campo junto aos agricultores, várias questões surgiram e poderão ser abordadas de maneira profunda em trabalhos posteriores. Para obter uma visão a partir dos agricultores, entrevistamos a produtora rural Sra. I, produtora de laranja e aipim e moradora de São Vicente utilizando a técnica livre, sem um roteiro fechado de questões. A agricultora familiar Sr. I. participa do programa “quarta é feira”, que será exposto a seguir.

O Programa “Quarta é feira”, iniciou no ano de 2021, em plena pandemia, que visa a realização de uma feira voltada para a comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar. A feira está localizada em uma das ruas mais movimentadas do centro, conta com inúmeros estabelecimentos comerciais e com elevado fluxo de pessoas, a Rua Coronel Francisco Alves da Silva, conhecida popularmente como Calçada da Rua do Itaú, na área central de Araruama. A feira acontece duas vezes na semana, às quartas-feiras e às quintas-feiras, de 7h às 14 h. Participam 16 produtores e feirantes, comercializando frutas, legumes, verduras, lácteos e doces e mel. A agricultora I. produz mandioca, tapioca, coco, cocada, laranjas e limão. Ela nos informou que toda a sua produção é feita de maneira manual e descreveu sobre os incentivos que lhe são oferecidos pela prefeitura e, ao descrevê-lo, corroborou com as informações passadas pelo técnico L.

Trouxemos uma reportagem de 18 de março de 2021, onde a prefeitura informava e divulgava a feira dos Agricultores familiares em Araruama.

*‘Prefeitura abre inscrições para agricultores que queiram participar do projeto “Quarta é Feira na Praça”’<sup>1</sup>*

Nesta reportagem, a prefeitura apresenta o programa como uma oportunidade para aumentar a renda do pequeno agricultor. A prefeitura, por meio da Secretaria de Ambiente, Agricultura, Abastecimento e Pesca, iniciou as inscrições para participar da feira entre o dia

---

<sup>1</sup>

<https://www.araruama.rj.gov.br/novo/?pg=noticias&id=MjM%3D>  
<https://www.araruama.rj.gov.br/novo/?pg=noticias&id=MzU%3D>

17 e 15 de abril de 2021. Para os produtores se inscreverem no projeto era necessário ir a sede da secretaria de agricultura e apresentar os seguintes documentos: RG E CPF.

**Figura 8:** Folder do Programa Quarta é feira



**Fonte:** Prefeitura de Araruama (2021)

Como vimos no folder (figura 8), as inscrições para a feira são realizadas na secretaria de agricultura de Araruama, onde também é realizado o cadastro dos agricultores familiares nos programas municipais para participar do Revita citros também são realizadas na Secretaria Municipal de Agricultura.

**Figura 9:** Imagem da feira da agricultura familiar do projeto quarta é feira



**Foto:** Larissa Faria (2020)

Atualmente, no ano de 2022, a feira está em funcionamento e pudemos constatar com a realização de um trabalho de campo realizado em janeiro do corrente ano. Nas fotos 11 e 12, veremos a barraca da entrevistada Sra. I.

**Figura 10:** Imagem da barraca da Dona I.



**Foto:** Larissa Faria (2021)

**Figura 11:** Imagem da barraca da Dona I.



**Foto:** Larissa Faria (2021)

A Sra. I. mencionou que nos 2 últimos anos os incentivos por parte da prefeitura para a agricultura foi aumentando. Ela relatou que a feira da agricultura familiar foi uma ótima oportunidade e que contribuiu muito para o aumento de sua renda, pois a maior parte da sua produção é destinada para o mercado municipal de Araruama e os produtos que sobram ela consegue comercializá-los na feira dos agricultores familiares. Segundo a agricultora, a feira foi uma grande oportunidade, pois ganhou mais um meio para escoar a sua mercadoria. A Sra. I. apontou que a prefeitura transporta a sua mercadoria de sua propriedade até a feira e que também fica responsável pela montagem da barraca. Ao ser perguntada sobre políticas públicas nacionais, ela relatou que possui o PRONAF. Seguindo a entrevistada, foi informada sobre os maquinários disponibilizados pela secretária da agricultura, todavia, ainda não o utilizou e reforçou que toda a sua produção é feita de maneira manual.

No capítulo 4, apresentamos as políticas públicas e como elas aparecem no município de Araruama. Vimos que há políticas públicas que se propõem a gerar mecanismos com o fito de otimizar a produção e a comercialização dos frutos de agricultura familiar no município de Araruama. Obtivemos muitas dificuldades na coleta de dados sobre a abrangência das políticas públicas no município não encontrando em portais os dados que seriam essenciais para entender esta abrangência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais, podemos pontuar que o trabalho buscou apresentar, em números, a expressiva produção de laranja no município de Araruama e as estratégias para a retomada da produção no século XXI. Outrossim, buscamos explicitar os fomentos e as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares do município de Araruama.

A lógica de produção das cidades da região da baixada litorânea segue a lógica de exploração agrícola e o turismo. A região esteve muito ligada à produção turística, mas possui ligação com a exploração salineira e com a produção de cana de açúcar, gado e a citricultura. A citricultura desde o período das décadas de 1970 e 1980 apresentou-se muito expressiva no município de Araruama, o que a concedeu o *ranking* de maior produtor de citrus do Rio de Janeiro.

Como constatamos ao longo do trabalho, a partir dos anos de 2000 e 2010, o município passou por um declínio na produção, pois a ausência de incentivos e assistência técnica aos pequenos produtores dificultou a permanência dos mesmos na citricultura e até mesmo no meio rural. Juntamente com esses fatores, constatamos uma diminuição do número de estabelecimento da agricultura familiar, devido, em linhas gerais, pela não continuidade dos filhos e venda dos estabelecimentos para a pecuária extensiva. Observamos uma retração na área colhida de laranja no município neste período. Somente após o ano de 2014 a área colhida de laranjas voltou a ser superior a 1.000 hectares. É justamente neste período que coincide com a disponibilização da máquina de beneficiamento e de mecanismos para preparo do solo também. Entretanto, ainda com este indicativo de aumento, percebemos a assistência técnica do município ainda é insuficiente, abrangendo um pequeno número de produtores.

Através dos resultados obtidos, percebemos que além de políticas públicas voltadas para a produção de laranjas, também é necessário que haja políticas públicas que disponibilizem meios do agricultor escoar sua mercadoria, para que seja amenizado os problemas causados pela abrupta competição com os produtores dos grandes estabelecimentos.

Em Araruama, constatamos 2 programas que abrangem as frutas cítricas e os agricultores familiares: **o Revita citros e o Quarta é feira**. Obtivemos dificuldades para alcançar dados sobre PAA e PNAE, o que dificultou que nós obtivéssemos uma dimensão mais concreta da importância desta política pública em âmbito local.

Ao longo do trabalho, surgiram algumas questões que poderão ser trabalhadas futuramente. Os dados reativos ao PRONAF no município entraram em controvérsia com os dados coletados em campo, futuramente essa questão de ser trabalhada para que se possa compreender melhor a abrangência do programa no município. As políticas públicas elaboradas pelo município são relativamente recentes, poderão ser trabalhadas, posteriormente, os efeitos a médio e longo prazo.

A geografia é muito relevante para este tema, pois explica e analisa as organizações espaciais e estratégias de reprodução econômica e social acerca da produção da laranja e a agricultura familiar.



## REFERENCIAS

- ANDRADE, M.C.; ALVES, DC. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **Revista Administração IMED**, Passo Fundo, 2013, v.3, n.3, p.194-208. 2013.
- ARGISSOLOS. **Larbosolo**, 2021. Disponível em: <https://laborsolo.com.br/>. Acesso em : 21. Dez. 2021
- AQUINO, J.R; SCHNEIDER, S. PRONAF e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In GRISA, C; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p.9-617.
- BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015. Avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.
- BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília, DF. Disponível em: < <http://www.planalto.org>
- BRASIL. **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**. Agricultura familiar. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>>. Acesso em: 05 fev. 2020.
- CAMARGO, R.A.L.; BACARIN, JC; SILVA, DPB. O papel do programa de Aquisição de alimentos (PAA) e do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura Familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de administração Pública**. 2013. V. 8, n, p.1-21.2013
- Clima no município de Araruama. **Climate-data**, 2021. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/> acesso em 10. dez.2021
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=227&nw=1> Acesso em: 20 out. 2018.
- CARVALHO, D. M.; COSTA, J. E. Comercialização agrícola no Brasil. **OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 5. n. 1 / 2, p. 93 - 106, 2011. Disponível em: Acesso em: 24. ago. 2021
- CORREA, R. L. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Revista Cidades**. Chapecó, 2007. v.4, n.6, p. 62-72, set.2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/570/601>
- EMATER-RIO. **Acompanhamento sistemático da produção agrícola - ASPA**. EMATERRIO/CPLAN/NIDOC-ASPÁ 2016. Disponível em: Acesso em: 18.ago.2021



FARIA, Carlos Aurélio. Ideias Conhecimento e Políticas Públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 18, n. 51, p. 21-26. 2003.

FERREIRA, M. B. **Da arqueologia para a história: o lugar dos índios no Município de Araruama**. 2019. 158 dissertação (Mestrado em História Social) Faculdade de formação de professores, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019

VIEIRA FILHO, J.E.R. Política Públicas de inovação no Setor Agropecuário: uma avaliação dos fundos setoriais. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v.13, n.1, p. 109-132, jan/jun, 2014.

GAZOLLA, Márcio. **Conhecimento, produção de novidades e ações institucionais. Cadeias curtas das agroindústrias familiares**. 2012, 294f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento rural, Porto Alegre, 2012.

GRISA, C.; PORTO, S.I. As contribuições e desafios para o desenvolvimento Rural . In GRISA, C; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p.9-617.

GRISA, C. **Políticas Públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em ciências), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

JUNQUEIRA, C. P; LIMA, J.F. Políticas Públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, 2008, v.29, n.2, p.159-176, Jul/dez.2008.

KATO, K.Y.M. **A agricultura e o desenvolvimento sob a óptica da multifuncionalidade: o caso de Santo Antônio de Pádua (RJ)**. 2006.126f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais), Instituto de Ciências humanas e sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2006.

MATTEI, L. **A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade**. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 04, p. 1055-1073, out/dez 2007.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza**, v. 45. P. 83-91, out./dez., 2014.

MELICZEK, H. A política da FAO para a promoção da agricultura familiar. **Revista do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul, 2003, v.8, n.3, p. 45-66, mai./ago., 2003.

Organização das nações unidas para a alimentação e a Agricultura (FAO). **O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional**. Relatório 2014. Brasília, agosto 2014. 87p.

PREFEITURA DE ARARUAMA. Prefeitura abre inscrições para agricultores que queiram participar do projeto Quarta é Feira na Praça. **Prefeitura de Araruama**. Araruama, 17 mar. 2021

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria da agricultura Familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, 2014, vol.1, n.1, p.63-84. 2014.

PORTELA, C. R. **Crescimento e produção inicial de cultivares de citros mesa enxertadas sobre os porta-enxertos. Flying dragon e o limoeiro cravo**. 2015. 69 f. Dissertação (Mestrado em produção vegetal), Centro de Ciências e Tecnologia agropecuária, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2015.

RIO DE JANEIRO. SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Rio Rural: Desenvolvimento sustentável em microbacias hidrográficas**. Rio de Janeiro: Secretaria de Agricultura e Pesca. Disponível em: Acesso em: 07 agosto. 2020

RUA, M das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Itajaí: 1997. Disponível em: <https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/processo-seletivo/SiteAssets/Paginas/default/RUA.pdf>. Acesso em: 10 de dez. 2021

SCHNEIDER, S. Teoria Social, capitalismo e agricultura familiar. In. SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 21-72.

SCHNEIDER, S; CASSOL, A. **A Agricultura familiar no Brasil**. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Chile. Set. 2013.

SEPULCRI, O.; TRENTO, E.J. **O mercado e a comercialização de produtos agrícolas**. Curitiba:2010. Disponível em: [https://d1wqtxtslxzle7.cloudfront.net/49649174/O\\_MERCADO\\_E\\_A\\_COMERCIALIZACA\\_O\\_DE\\_PRODUTOS\\_AGRICOLAS-with-cover-page-](https://d1wqtxtslxzle7.cloudfront.net/49649174/O_MERCADO_E_A_COMERCIALIZACA_O_DE_PRODUTOS_AGRICOLAS-with-cover-page-)

SILVA, J. A. C.; OLIVEIRA, A. A; VIEIRA, A. **A produção de laranjas no estado do Rio de Janeiro, e sua comercialização no mercado atacadista da CEASA-RJ**. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: [http://www.pesagro.rj.gov.br/downloads/doc\\_online/2018/Doc\\_online2\\_Producao\\_laranjas\\_E\\_RJ\\_e\\_sua\\_comercializacao.pdf](http://www.pesagro.rj.gov.br/downloads/doc_online/2018/Doc_online2_Producao_laranjas_E_RJ_e_sua_comercializacao.pdf)

SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território no século 21-a história de um livro. **ACTA Geográfica**, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. pp.151-163. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/556>

SOUZA, Raquel Pereira; SOUZA, Marcelo Santos. **O debate brasileiro sobre pluriatividade: implicações sobre o desenvolvimento rural e as políticas públicas**. Rio Branco – Acre, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008.

TORRES, M. T. S. **Dinâmica temporal [1989-2019] da citricultura no estado do Rio de Janeiro**. 2020. 88 f. Monografia (Bacharelado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2004: 42-61.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **O mundo rural como um espaço de vida.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas. **Revista Estudo Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, 2009. p. 87-145.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Revista Estudo Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 1, 2009a, p. 60-85.